

Ricardo Souza

História e Memórias
de *Monte Belo*
da Capela dos Lopes à atualidade



 **Pedro & João**
editores

História e memórias de Monte Belo: da Capela dos Lopes à atualidade



Pedro & João
editores

Ricardo Souza

**História e memórias de Monte Belo:
da Capela dos Lopes à atualidade**

Copyright © Ricardo Souza

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Ricardo Souza

História e memórias de Monte Belo: da Capela dos Lopes à atualidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 106p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1317-0 [Impresso]

978-65-265-1318-7 [Digital]

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Mineiridade. 4. Monte Belo. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Arte da capa: Brunno Veloso. Carreiro e seu carro de boi. Ilustração de Brunno Veloso

Ilustrações: Brunno Veloso

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Agradecimentos

Agradeço à Secretaria de Turismo e Cultura do Estado de Minas Gerais-Secult/MG, que, por meio da Execução da Lei Paulo Gustavo, Edital LPG 7/2023 “Residência Artística em Artes e Técnicas”, após rigoroso processo de seleção, concedeu-me a bolsa de pesquisa para que este trabalho, como uma das contrapartidas estabelecidas no projeto que submeti. Este extenso e importante trabalho de pesquisa e residência sobre a memória de Monte Belo não seria possível de ser executado sem esta bolsa. O protocolo referente à Bolsa, no Sistema Eletrônicos de Informações-SEI, é o de n.º 1410.01.0001321/2024-42, e o ID é o n.º 14169-258056.

Também agradeço ao Sr. Antônio Gilmar Mangussi Filho e à Squatt Audiovisual pelo trabalho de colaboração técnica e consultoria envolvidas no projeto e em sua execução. À Editora Pedro & João pelo excelente trabalho de editoração e ao ilustrador Brunno Veloso, pelas excelentes ilustrações. Ao professor Pedro Paulo Funari, da Unicamp, pela gentil contribuição na orelha do livro.

Digno de nota, foi o relevante e apoio institucional e técnico oferecido tanto pela Secretaria de Educação quanto da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, ambas da Prefeitura Municipal de Monte Belo.

Por fim, agradeço à minha família, amigos e pessoas que fazem parte de minha caminhada. A todos vocês, o meu muito obrigado.

Sumário

Introdução	9
Capítulo I - História de Monte Belo	11
Breve história de Monte Belo	11
Símbolos de Monte Belo	14
Brasão de armas	15
Limites municipais	16
Limites com o município de Muzambinho	16
Limites estabelecidos com o município de Nova Resende	17
Limites estabelecidos como o município de Serra Negra (atual município de Alterosa)	17
Limites estabelecidos com o município de Areado	18
Limites estabelecidos com o município de Cabo Verde	18
Distritos e bairros rurais	18
Santa Cruz Aparecida	21
Bairros rurais	22
Capítulo II - História econômica de Monte Belo	27
A cafeicultura em Monte Belo	27
O milho e sua relação com a nossa gastronomia	30
A cana-de-açúcar e sua relevância socioeconômica com Monte Belo	32
Rapadura	33
A cachaça	33
Açúcar cristal, mascavo e álcool: o caso da Usina Monte Alegre	37
Arroz, feijão e mandioca	41
A criação de porcos, frangos e bois: a dieta proteica do caipira	44
Doces e quitandas	46

Leite, queijos e demais laticínios	47
Capítulo III - As ferrovias em Monte Belo	49
A importância das ferrovias para a história de Monte Belo	49
Capítulo IV - Cultura e patrimônio cultural	55
O que é Patrimônio Cultural?	55
Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição	56
As Folias de Reis de Monte Belo	58
São Sebastião	61
Congada	62
Os carros de boi	62
Obelisco de Homenagem à FEB e ao Sgt. Armando Teixeira dos Anjos	67
Estação Ferroviária de Monte Belo	69
Coreto	70
Fanfarra Municipal Maestro Armando Teixeira dos Anjos	71
Praça João Pedro Bonelli	73
Festas Juninas e terços	75
Capítulo V - A Monte Belo do século XXI	79
As transformações socioeconômicas	79
Considerações finais	83
Referências	85
Sobre o autor	95
Anexos	97
Posfácio	105
Cidade de Monte Belo	
Genivaldo de Oliveira	

Introdução

A história não é apenas a ciência que se debruça sobre o passado a fim de trazer elementos aleatórios para saciar a curiosidade do presente, mas sim, um campo do saber que por meio dos fatos e de suas inúmeras interpretações nos ajuda a elucidar o momento atual. Desta forma, ao historicizar um dado evento, região ou município, como no caso deste livro, que trabalha com Monte Belo, pode-se oferecer uma melhor contextualização da história regional, inter-relacionando-a para um nível macro.

Abordar perspectivas duma História de cunho nacional é, em si, incompleta, pois não consegue abranger todas as peculiaridades que perpassam as diversas regiões de um mesmo território. Cada pedaço de terra ou conjunto de pessoas que se organizam em uma região é dotado de tamanha complexidade que uma visão generalista, ainda que extremamente relevante, não consegue esmiuçá-la (e muitas vezes nem tem isso como objetivo).

Dessa forma, a História Regional surge como uma perspectiva que tem o potencial, quando bem utilizada, de permitir enxergar as complexidades que se manifestam em determinada região, complementando lacunas e/ou enfatizando aspectos que, em uma visão macro, poderiam ser ignorados ou relegados ao segundo plano. Outro ponto importante é que ao se estudar a história de um município, tal como o objetivo desta obra nos permite identificar padrões, rupturas e tendências ao longo do tempo, ao mesmo tempo que nos ajuda a entender o desenvolvimento econômico de Monte Belo, investigando às suas interações junto à memória, à gastronomia, à sociabilidade, além de outros aspectos como política e cultura, por exemplo.

Optamos, nesta obra, evitar ao máximo notas de rodapé e citações em demasia. As notas estarão em algumas partes. O presente livro prima pela linguagem simples, a fim de atingir o

maior número de leitores especializados ou não em história. Esse uso da linguagem simples é premissa da Lei Paulo Gustavo-LPG, financiadora desta obra e da pesquisa que a executou. É necessário que a cultura seja cada vez mais acessível a mais pessoas, das variadas idades, etnias, credos, gêneros etc., e que elas possam apropriar-se da memória e da cultura para enxergar o seu papel na construção de um Brasil mais cidadão.

Sua leitura é destinada tanto a estudantes da Educação Básica quanto a pessoas que queiram aprender mais sobre alguns aspectos relevantes, do ponto de vista do autor que vos escreve, sobre Monte Belo. Obviamente, nem todas as histórias poderiam ser contadas, mas acreditamos que este livro pode instigar e incentivar que outras pessoas construam suas narrativas sobre o município. Todavia, não renunciamos aos métodos da boa e correta escrita historiográfica. Nisso, as indicações das obras e fontes que serviram para a confecção da pesquisa e do livro seguem na seção “Referências”. Ao final da obra, na seção “Anexos” serão oferecidas ilustrações que podem ser impressas e coloridas a partir de giz de cera ou lápis de cor, além de jogos educativos. Essas ferramentas têm o objetivo de auxiliar na fixação dos conteúdos, por parte do público escolar.

Esperamos, acima de tudo, que esta obra seja importante para a história, a memória e a educação de nossa Monte Belo. Boa leitura!

Ricardo Luiz de Souza
Monte Belo, 25 de agosto de 2024.

Capítulo I

História de Monte Belo

Breve história de Monte Belo

Por volta de 1865, segundo constam algumas fontes, os fazendeiros José Lopes e João Rafael, proprietários rurais do município de Cabo Verde, doaram uma gleba de terras para a construção de uma capela, onde posteriormente criou-se o “Arraial das Manguaras”, cujo nome deriva-se das constantes brigas realizadas com paus e porretes que eram realizadas na região entre os moradores. Em seguida, o povoado passou a ser conhecido por capela dos Lopes, após a construção desse imóvel. Por estar numa graciosa e bela colina, cercada de morros recebeu a alcunha de Monte Belo. O nome de Monte Belo pode ter várias explicações. A mais provável é de que tenha origem na expressão “Monte Bello”, que em italiano significa “Monte Bonito”, uma homenagem às características geográficas do local. Por muitos anos, seguiu a grafia “Monte Bello” na documentação oficial. Este também é um nome de um sem fim de localidades na Itália e no Brasil, o que nos ajuda a entender a influência, talvez, do imigrante italiano na toponímia¹ do local.

Num dos documentos mais antigos sobre Monte Belo, de 1907, observa-se que o Distrito possuía cerca de 5.000 moradores. Rodolfo Calore, em documento encontrado no Arquivo Público de Minas Gerais, descreveu assim a sede do Distrito de Monte Belo, à época, pertencente a Cabo Verde. A inscrição segue com a grafia da época, ou seja, a do ano de 1907:

¹ Estudo linguístico e histórico da origem dos nomes de determinado lugar, seja ele cidade, sítio, bairro, rua etc.

A sede do distrito é colocada sobre uma extensa e aprasível collina de suave declive, com largo e ruas espaçosas, tendo umas cento e vinte casas lindas e bem conservadas, o característico que faz de Monte-Bello uma das povoações mais bonitas, talvez a mais bela do sul de Minas; e sua colocação descampada, descortinado ao longe e de todos os lados o horizonte infinito; goza de um clima doce, saudável, e completamente livre de moléstias.

As terras férteis, a proximidade com as águas do córrego São Bartolomeu e de diversos poços d'água que foram abertos, além de o clima ameno formaram fatores preponderantes para o desenvolvimento do povoado, uma vez que inúmeras famílias vieram juntar-se à família Rafael e Lopes, instalando sítios, fazendas, chácaras, casas e pequenos comércios. Em 1907, são descritas duas oficinas de ferreiro para a fabricação de implementos à lavoura, selarias, carpinteiras, oficina mecânica e de armas, três olarias, cadeia, escola ocupando um prédio com sobrado e um cemitério fechado com muros. No começo do século XX e em grande parte de seu decorrer, a maioria da população habitava a zona rural do município. A iluminação elétrica chegou à sede do distrito em 20 de julho de 1913, vinda de Muzambinho.

Imagem 1: Fotografia em preto e branco com vista geral do povoado de Monte Belo, em 1912. Ao centro, vê-se a Capela Nossa Senhora da Conceição rodeada por construções.



Fonte: Centro de Memória da Unicamp.

O povoado passou a distrito a partir da emergência da Lei Provincial n.º 3.079, de 06 de novembro de 1882, cuja validade foi referendada pela Lei Estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891, que integrava o distrito ao território do município de Cabo Verde. Em 30 de agosto de 1911, o Distrito de Monte Belo foi transferido para Muzambinho, através da Lei Estadual n.º 556. Monte Belo foi elevada à categoria de município através do Decreto-Lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938², expedido durante o Estado Novo varguista, desmembrando-se politicamente, geograficamente e administrativamente de Muzambinho. 17 de dezembro, assim, tornou-se a data de “aniversário” de Monte Belo. A principal escola do município, Cel. João Evangelista dos Anjos, foi inaugurada em 11 de novembro de 1934, portanto, anos antes de Monte Belo ter se emancipado.

O município é sede da Comarca desde 22 de junho de 1954, através do Decreto de n.º 1.089, sendo sua instalação verificada em 14 de agosto de 1955. Compõe-se atualmente de três distritos: Monte Belo, o Distrito-sede, e os distritos rurais de Jureia (ex-Tuiuti) e Santa Cruz da Aparecida. Possui 13.046 habitantes, segundo censo do Instituto de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022. A área total do município é de 421 Km² e a cidade está situada a cerca de 878 metros de altitude. O clima predominante é o Tropical de Altitude. O município é cortado pela importante BR-491, e localiza-se a mais ou menos 400 km da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte; e a 300 km de São Paulo/SP.

² No ano de 1938, durante a gestão do Governador Benedito Valladares Ribeiro, mediante o Decreto n.º 148, de 17 de dezembro desse ano, surgiram 71 novos municípios em Minas Gerais. Entre os quais, podemos assinalar Betim, Serra Negra (atual Alterosa), Guia Lopes (atual São Roque de Minas), Bueno Brandão, Serrania, Congonhas do Campo, Soledade (atual Soledade de Minas), Arcos entre outras dezenas. Todos esses têm a mesma idade que Monte Belo.

Símbolos de Monte Belo

O hino de um município apresenta características consideradas símbolos, representações, características de uma determinada sociedade, demonstrando através dele fatos de sua história e cultura. São representações de uma época e levam, obviamente, a visão de seus produtores. O Hino de Monte Belo descreve a data de emancipação, 17 de dezembro, os valores de seu povo, sua geografia e a devoção do povo à Nossa Senhora da Conceição.

Hino do município de Monte Belo³

Letra: José Carlos Pereira

Melodia: Sebastião Lima

17 de Dezembro que alegria
Nova estrela no céu cor de anil
Plena de vida, luz e harmonia
Monte Belo de encantos mil
E o teu filho que é audaz e lutador
Acredita no amanhã que há de vir
Pois aqui se cultiva a paz e o amor
Assegurando um belo porvir.
Verdes vales e montanhas altaneiras
Testemunham o valor de tua gente
Porque sabe, que as lutas pioneiras
Garantem o progresso permanente
Imaculada Senhora da Conceição
Abençoi todos os nossos ideais
Com trabalho, fé e união

³ O hino oficial de Monte Belo pode ser ouvido neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=jJESdl6yrys>. Acesso em: 26 de maio 2024.

Nós honramos Minas Gerais.

Quanto eu amo esta paisagem, onde o verde é
uma canção
De alegria e de coragem, com acordes no
Coração
Monte Belo és meu encanto, minha vida e bem querer
Monte Belo que eu amo tanto, e só por ti quero
viver.

Monte Belo és de Minas o celeiro
Pela força e o valor de tua gente
Pois aqui neste recanto brasileiro
Todos buscam progredir diuturnamente
Monte Belo minha terra, minha vida
O teu nome guardarei com devoção
Pois aqui tenho calor, tenho guarida
E sou feliz neste rincão.
Nosso preito de amizade ao pioneiro
Que te desbravou com alma e destemor
Pois sabia que serias o primeiro
Para o teu filho que te ama com ardor
Monte Belo siga firme para a glória
Muito lindo será teu alvorecer
Pois teu nome representa a vitória
Que tua gente sempre há de ter.

Brasão de armas

O brasão de Monte Belo apresenta aspectos ligados à sua geografia, com os dois montes cobertos com o céu azul-celeste. Historicamente, as duas culturas do ponto vista econômico são apresentadas nas laterais: um pé de cana-de-açúcar e um galho carregado de café. Verifica-se, também, a data de emancipação do

município: 17 de dezembro de 1938, quando se emancipou do município de Muzambinho.

Imagem 2: Brasão do Município



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Belo.

Limites municipais

O Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, além de criar 71 municípios e 67 distritos em Minas Gerais, fixou a divisão territorial do Estado e os limites destes. Compilamos todo o documento abaixo, para que o leitor possa entender mais sobre os limites do território de Monte Belo, que seguem os mesmos desde a emancipação. As palavras seguem a grafia da época.

Limites com o município de Muzambinho

Começa no córrego do Cambuí, na foz do córrego dos Quirinos, desce pelo córrego do Cambuí até a foz do Ribeirãozinho, no Zacarias; sobe o espigão da marca esquerda do córrego do

Cambuí e continua pelo divisor de águas entre os ribeirões São Bartolomeu e Cachoeira até o ponto fronteiro à cabeceira do córrego do Cedro, afluente do rio Muzambo; daí, pelo espigão, atinge o rio Muzambo, na foz do ribeirão da Cachoeira; atravessa o rio Muzambo e continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Grama até o seu entroncamento com o divisor da vertente da margem direita do córrego dos Fornos, na serra da Grama.

Limites estabelecidos com o município de Nova Resende

Começa na serra da Grama, no entroncamento do divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Grama com o divisor da vertente da margem direita do córrego dos Fornos, nas proximidades da fazenda de João Tristão; continua pelo referido divisor do córrego dos Fornos até a foz deste córrego, no córrego das Pedras ou da Tormenta; atravessa este córrego e continua pelo espigão fronteiro até atingir o divisor entre os rios Muzambo e Claro, pelo qual segue até a serra das Chagas, no ponto fronteiro à cabeceira do córrego da Mangueira, afluente do córrego Santo Antônio.

Limites estabelecidos com o município de Serra Negra (atual município de Alterosa)

Começa na serra das Chagas, no ponto fronteiro à cabeceira do córrego da Mangueira; deste ponto ganha a cabeceira do afluente do córrego Água Limpa, desce por este afluente até a foz do córrego Água Limpa, que depois tem o nome de córrego Santa Cruz, até sua foz, no rio Muzambo.

Limites estabelecidos com o município de Areado

Começa no rio Muzambo, na foz do córrego Santa Cruz; continua pelo espigão da margem direita do rio Muzambo e,

depois, pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego do Punhal, até defrontar as suas cabeceiras; prossegue pelo divisor da vertente da margem direita do ribeirão Inhumas, passando pelas serras da Serrinha, Embaúbas e Contenda, até o Alto do Mirante, no divisor de águas entre os rios Cabo Verde e Muzambo.

Limites estabelecidos com o município de Cabo Verde

Começa no divisor de águas entre o rio Cabo Verde e ribeirão Inhumas, no Alto do Mirante; continua por este divisor até defrontar a cabeceira do córrego da Fazendinha, na serra do Pau D'alho; desce por este córrego até sua foz, no ribeirão Inhumas; sobe por este até a foz do córrego Serra Escura e por este até sua cabeceira; transpõe a serra Escura e alcança a cabeceira do afluente do córrego São João, também denominada "Serra Escura", pelo qual desce até sua foz, no córrego São João; desce por este córrego e pelo córrego e pelo córrego dos Estevão, até sua confluência com o córrego dos Fieis; continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego dos Fieis, até o ponto fronteiro à cabeceira do córrego Monte Cristo ou da Fazenda de Cima, e daí, por espigões, alcança o ribeirão São Bartolomeu, na foz do córrego do Betel; prossegue pelo divisor da vertente da margem esquerda deste córrego, transpõe o divisor de águas entre o ribeirão São Bartolomeu e córrego Cambuí, e, pelo espigão, alcança o córrego Cambuí, na foz do córrego dos Quirinos.

Distritos e bairros rurais

Jureia

O nome Jureia⁴ provém da palavra em tupi-guarani *yuré*, que significa ponta notável ou saliência distinta. Tinha o nome de

⁴ De acordo com o acordo ortográfico de 2009, a palavra "Juréia" passa a ser "Jureia".

Tuiuti⁵, sendo decretado como distrito de Monte Belo a partir do Decreto-Lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, juntamente com o município. Em 31 de dezembro de 1943, houve a mudança de nome para Jureia, a partir do Decreto-Lei 1.058. Residem, aproximadamente, cerca de 1000 pessoas no distrito.

A principal atividade econômica do Distrito é a produção de queijos, embutidos, doces, criação de suínos e agropecuária em geral. Há variadas empresas desses setores na localidade, cuja existência provém a subsistência de várias famílias. A produção de laticínios na Jureia é bastante antiga, vindo desde o começo do século XX. Na localidade chegou a existir uma unidade dos queijos Polenghi, mas que foi destruída pela grande enchente do rio Muzambo, na década de 1970.

Imagem 3: Estação da Jureia. Percebe-se que a estação é de madeira. Década de 1950.



Fonte: <https://muzambinhominasgerais.blogspot.com/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

Nos fins de semana e feriados, muitas pessoas dos mais variados locais vão à Jureia, seja para lazer nos bares à beira do

⁵ O nome Tuiuti pode fazer alusão a uma importante batalha da Guerra do Paraguai (1864-1870)

Muzambo ou para descansar em alguma chácara. A vida social do Distrito como dos núcleos rurais gira em torno de sua Igreja. Ocorrem, nas imediações, diversas atividades culturais, tais como pequenas festas de peão de boiadeiro, giros de Folias de Reis, terços e Festas Juninas. Além destas, há a grande festa do padroeiro local, Santo Antônio, realizada em junho. Essa festividade atrai pessoas de todo o município e envolve toda a comunidade em sua feitura.

Imagem 4: Vista do Tuiuti (atual Jureia) e seus casarios. Década de 1920.



Fonte: <https://muzambinhominasgerais.blogspot.com/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

O Distrito da Jureia é cortado pelo rio Muzambo, o mais importante curso d'água de Monte Belo, seja do ponto de vista histórico, cultural e ambiental. Infelizmente, nos últimos anos, ele tem sofrido diversas degradações, seja por retirada indiscriminada de sedimentos ou assoreamento, devido à perda de sua mata ciliar. Muitas pessoas ainda vêm pescar nesse importante rio, seja na Jureia ou à beira de ranchos no bairro Trompowsky.

Imagem 5: Rio Muzambo, na altura do Trompowsky.



Fonte: acervo do autor. Maio de 2022.

Santa Cruz Aparecida

A principal atividade econômica do Distrito está voltada à cafeicultura e à pecuária de corte e de leite. Santa Cruz da Aparecida está distante cerca de 14 quilômetros de Monte Belo, perto do limite com o município de Alterosa. Foi criado com este nome pela Lei n.º 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Popularmente, também é conhecida “Santa Cruz das Sete Facadas”, nome que remete à violência, e que não é fiel à tranquilidade de seus moradores. Residem, aproximadamente, cerca de 450 pessoas no distrito. Acontecem importantes festas em Santa Cruz da Aparecida, a qual mais se destaca são os giros das Folias de Reis.

Imagem 6: Igreja de Santa Cruz Aparecida.



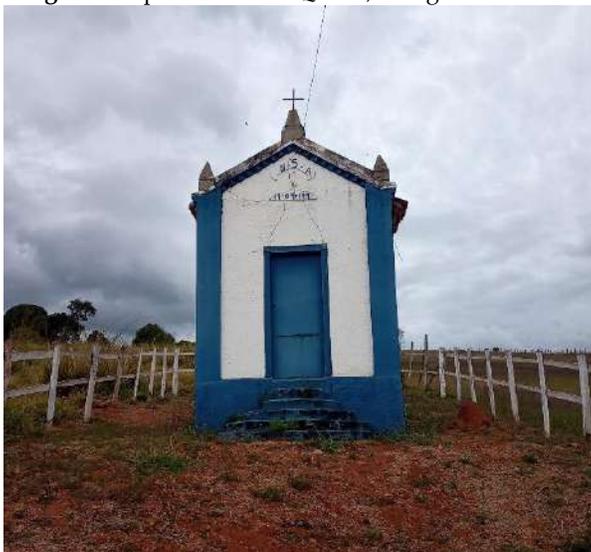
Fonte: acervo do autor. Maio de 2022.

Bairros rurais

Atualmente, Monte Belo conta com 1.444 estabelecimentos rurais, com cerca de 5.299 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, segundo dados do IBGE. Tamanha população envolta em trabalhos agropecuários nos dá a importância que tal atividade tem no município, seja por conta das atividades das grandes fazendas ou da atuação de sítiantes, meeiros e proprietários médios. Desta forma, o município possui diversos bairros rurais: Mutuca, Tormenta, Minduri, Grama, Muquém, Córrego do Cedro, Córrego da Capoeirinha, Córrego da Onça, Paivas, Mutuquina, Prata, Taquarina, Monte Alegre, Serrinha, Trompowsky, Rancharia, Feital, Esteves, Posses da Serra, Boa Vista, Posses dos Lopes, Tamanduá, Serra Escura, Água Limpa, Tijuco, Quatis, Envernada, Valerianos, Rodrigues, Palmital dos Costas, Sanharão, Fiéis entre outras. Há, portanto, uma multiplicidade de nomes de bairros, cada um com suas

singularidades culturais e geográficas. Planta-se e cria-se em boa diversidade em Monte Belo, devido à fertilidade dos solos, as boas chuvas e clima ameno. Café, cana de açúcar, milho, soja, sorgo, eucalipto, gado leiteiro, gado de corte, granjas de suínos e aves, tanques de peixes, feijão etc. fazem parte do mosaico econômico na zona rural.

Imagem 7: capela no bairro Quatis, inaugurada em 1919.



Fonte: acervo do autor. Maio de 2022.

Esta característica é latente em documentos históricos. O Anuário Estatístico de Minas Gerais, de 1907, já descreve a importâncias de algumas localidades. Segue o texto, com a grafia do começo do século XX:

Este districto tem o benefício de possuir seu terreno fraccionado em muitas propriedades agrícolas, é relativamente bastante povoado, especialmente nos bairros denominados Rancharia, Esteves, Passos, Mutuca e Mutuquinha, podendo-se afirmar ser sua população superior a cinco mil habitantes, quase todos empregados na lavoura do café, canna e cereais e na indústria pastoral das várias espécies de gado vacum, cavalari, equino e suíno, que anualmente é exportado em numero não desprezível, embora a falta de rápidas comunicações como os mercados consumidores.

Outra característica importante ligada à zona rural de Monte Belo, e que deve ser mencionada é a existência, no passado, das casas de colonatos na Usina Monte Alegre e na Fazenda Monte Cristo. As “colônias” fizeram parte de nossa história, uma vez que atraíram centenas de pessoas, que atuavam nessas fazendas como funcionários ou meeiros, laborando nas lavouras de café, nos retiros, lavouras de arroz etc., Elas moravam nessas casas, perto de seus trabalhos, formando uma verdadeira comunidade. As casas de colônia eram pequenas, tinham o mesmo padrão de construção, pintadas com cal e se localizavam bem próximo uma das outras. Geralmente, cultivava-se uma pequena horta e criava-se galinhas e porcos.

Essas colônias chegavam às vezes até a receber imigrantes estrangeiros. Essa efervescência de pessoas na usina e no bairro Monte Cristo fazia com que esses bairros fossem muito visitados, seja por alguma “paquera” entre os jovens, pelo jogo de truco, pelos jogos de futebol ou quermesses que ocorriam. As famílias eram muito próximas em seus relacionamentos e eram comuns os casamentos entre vizinhos, fazendo com que as pessoas se tornarem “compadres” e “comadres”. Hoje em dia, quase ninguém mais mora nessas colônias.

Uma das sociabilidades que atravessam a história do homem do campo monte-belense⁶ é a do “mutirão na roça”. Esta, por sua vez, é uma das parcerias mais antigas existentes entre os pequenos produtores rurais, e não é possível saber com exatidão como e onde começaram os mutirões. Porém, a história nos mostra que os pequenos produtores rurais foram aumentando gradativamente suas plantações e na época dos plantios e colheitas, sem o uso de maquinários, havia muita dificuldade para colher a produção, seja ela de milho, café, feijão ou arroz. Nesses tempos, todo o trabalho era feito de forma manual, onde também participavam mulheres e crianças nas colheitas. No mutirão, também, sempre alguém auxiliava no transporte da colheita com carroças ou carros de boi, pois era

⁶ Há duas opções para o gentílico de Monte Belo: monte-belense e Monte-belano. Vamos utilizar a primeira por ser mais habitual junto à população.

preciso levar o produto colhido até os terreiros para secagem e beneficiamento.

A partir dessas dificuldades surgiu a ideia de buscar as parcerias com vizinhos e parentes para auxiliar no duro trabalho de plantio ou colheita, visto que se elas não forem feitas no tempo certo, nada se aproveita e a fome e pobreza, chegavam. A partir desse período nasceu o “mutirão”, que era pago tanto pela troca de favores em trabalho, onde o beneficiário iria depois ajudar seus parentes e vizinhos a plantar ou colher suas roças ou, ainda, em espécie, com a parte da colheita, seja em sacas de feijão ou balaios de milho. Os trabalhos coletivos sempre foram cercados de muita fartura, com a partilha de almoços à base de carne de porco caipira, frangos, verduras, vinho, cachaça e quitandas. Os mutirões também eram feitos para ajudar alguma família que tinha alguém bastante enfermo ou que passava por grande penúria. Era um trabalho comunitário que reforçava os laços entre todos.

O mutirão é também, de certa forma, acompanhado de canto e festa. Uma relação entre pessoas e coisas, em outros momentos regidos por princípios produtivos de eficácia e regida pelo estrito cumprimento de tarefas, tornava-se uma relação entre pessoas por meio de coisas, em que as regras do trabalho produtivo se mesclam com as de uma convivência gratuita e generosa. Infelizmente, ele tem se tornado cada vez menos comum, seja por conta das transformações socioeconômicas, seja pela maior mecanização das atividades rurais.

E, por último, não podemos despedir deste capítulo sem falar das “vendas”, os armazéns de secos e molhados que vendiam praticamente de tudo e eram centros de sociabilidade, tanto na zona rural quanto na urbana. Nessas “vendas”, encontravam-se ferramentas para o trabalho na roça e na construção, balaios de taquara, inseticidas, alimentos, bebidas, em geral, papelaria, mantimentos para o lar, entre outros. Nesses locais, os trabalhadores sempre se juntavam para tomar uma cachaça, jogar a conversa fora ou jogar um truco e sinuca. Saboreava-se ótimos pães com mortadela e guaraná nesses estabelecimentos, que muitas

vezes ficavam próximos aos campos de futebol e igrejas do bairro. Em alguns locais, o pessoal se juntava para também praticar o jogo da “chapa” Aos fins de semana, durante os jogos de futebol entre os bairros, as vendas se enchiam de pessoas. Vários namoricos eram formados lá, virando, posteriormente, casamentos.

Um aspecto importante das vendas é a sua forma de venda e compra. Muitas pessoas possuíam cadernetas, e pagavam as mercadorias que compravam após o fim das colheitas, faziam o “fiado” ou, ainda, trocavam o que precisavam por produtos. O escambo, isto é, a troca comercial, era algo bastante comum. Todavia, o avanço de grandes supermercados, aliado ao intenso êxodo rural contribuíram bastante para a diminuição desse tipo de estabelecimento em nossa região.

Quem nunca ouviu falar da “Venda do Bilo”, no Bairro Esteves; a “Venda do Hilário”, na Rancharia ou a “Venda do Zé Minuto”, que existe até hoje e se localizava no centro urbano? Esta é a razão que faz com que esses estabelecimentos permanecem na memória de muitos monte-belenses, uma vez que eles estão impregnados de histórias sociais e culturais como locais de encontro e compartilhamento de experiências.

Imagem 8: venda de secos e molhados.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

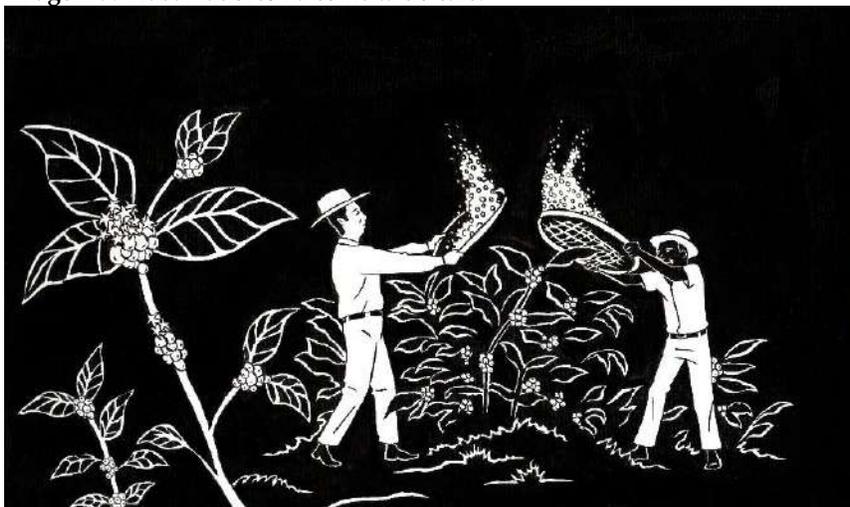
Capítulo II

História econômica de Monte Belo

A cafeicultura em Monte Belo

O Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2017, assinala que Monte Belo possuía 943 produtores de café, que juntos, ocupavam uma área de 5.498 hectares⁷. Naquele ano, foram produzidas mais de 163 mil sacas de café no município, fazendo-o destacar-se como um importante produtor da região.

Imagem 9: Trabalhadores na colheita do café.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

⁷ 1 (um) hectare tem 10.000 m² (dez mil metros quadrados corresponde a uma área um pouco maior que um campo de futebol nos moles oficiais). Já 1 (um) alqueire paulista (que usamos em nossa região) possui 24.200 m².

O café é historicamente um dos principais produtos na pauta nacional de exportações. Já nas primeiras décadas do século XIX, iniciou-se a exportação do café brasileiro, principalmente concentrada no Vale do Paraíba fluminense e paulista. Percebe-se que a história da cafeicultura no Sul de Minas Gerais é mais recente e menos estudada do que as demais regiões. Inicial e timidamente, a cafeicultura no Sul de Minas teria se expandido pelos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do rio Sapucaí, no começo do século XIX. A partir da segunda metade do século XIX, o café espalha-se ao longo dos municípios mineiros limítrofes com o Leste e o Oeste paulista, entre os quais Cabo Verde, município no qual Monte Belo fazia parte, à época. Fontes históricas têm nos mostrado que o café, desde o início do século XX, era a principal atividade de Monte Belo, sendo que sua exportação era realizada para os portos do Rio de Janeiro e Santos.

O Sul de Minas, em especial os municípios permeados pela Serra da Mantiqueira, muito pela razão das dificuldades de transporte e de comunicação com as demais regiões do estado, sempre foram muito ligados à Província, e, posteriormente, ao Estado de São Paulo, uma vez que há tempos existia o comércio de gêneros alimentícios entre tais localidades. A produção de café nessas localidades se ampliaria justamente a partir da chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890, além, é claro, da Sul-Mineira, vinda de Três Corações. A Estrada de Ferro da Cia. Mogiana, vinda de Guaxupé, e a Sul-Mineira, de Areado, seriam de grande importância para o estabelecimento da cafeicultura em pequenas, médias e grandes propriedades de Monte Belo.

O café e as ferrovias também fizeram com que muitos imigrantes europeus de diversas origens geográficas se estabelecessem em Monte Belo. Esses imigrantes vieram para substituir os ex-escravos que trabalhavam nas fazendas cafeeiras do Oeste e Leste paulista e, posteriormente, após adquirirem certo pecúlio nessas propriedades, acabariam por virar pequenos

proprietários em solo sul-mineiro, onde muitos acabaram por se tornar proprietários de terras.

Desde 1884, quando Monte Belo pertencia a Cabo Verde, a região já era conhecida por oferecer ótimas condições para o desenvolvimento do cafeeiro. Essa cultura só cresceu ao longo dos anos, assim como a tecnologia envolvida nos tratos culturais da lavoura. Antigamente, todo o trabalho era manual, desde carpir as linhas do café com enxadas, até colhê-lo, com balaios e panos de ráfia. Hoje, muito do processo de colheita acabou sendo modernizado. As derriçadeiras – famosas “maquininhas” – ditam o ritmo da colheita nos meses de maio a setembro. As roçadeiras limpam as ruas de café em terrenos mais íngremes. Noutros, mais planos, há o uso de grandes máquinas de colher café, além do uso de toda sorte de implementos acoplados em tratores. Até os anos 2000, Monte Belo chegava a receber de 2.000 a 3.000 pessoas durante a safra de café, gente que provinha dos Estados de Paraná, Bahia, Sergipe, Pernambuco, entre outros. Muitos ficaram por aqui, estabelecendo suas vidas. Hoje em dia, com a mecanização, esse processo diminuiu drasticamente.

Nos últimos anos, muitos produtores de café têm-se especializado na produção de cafés especiais, a fim de possibilitar melhores negociações, preços e oferecer uma melhor qualidade do café ao consumidor, que pode aproveitar os sabores únicos dos cafés produzidos em Monte Belo. Para esse fim, fora criada a Associação dos Produtores de Cafés Especiais de Monte Belo e Região. É bem verdade que algumas fazendas, tais como a Monte Alegre *Coffes* e a Fazenda Passeio, já produzem cafés de extrema qualidade internacional há décadas. Porém, é interessante que mais produtores se interessem por esse negócio, uma vez que o reconhecimento de um café como especial pode agregar valor ao produto e desenvolver o turismo rural.

Durante esses mais de um século de cafeicultura em solo monte-belense muita história se passou. Muitas famílias e pessoas foram criadas na linguagem popular “na saia do cafezal”, tamanha importância que os frutos têm para a economia local. O café gera

emprego e renda para safristas, meeiros, proprietários, cafeiras, agropecuárias e inúmeros outros prestadores de serviço. Ele contribui fortemente para a manutenção do homem do campo, fazendo com que os saberes e experiências ligados à cafeicultura sejam passados de geração a geração.

O milho e sua relação com a nossa gastronomia

O milho já existia no Brasil antes da chegada dos colonizadores, sendo cultivado pelos indígenas. Ele é matéria-prima principal de vários pratos da culinária típica de Monte Belo, tais como a canjica, paçocas de carne, farinha de milho, polenta, angu, mingaus. Historicamente, o milho é um dos principais alimentos da história alimentar de Monte Belo, pois além de servir como alimento para as pessoas, ele também serve para alimentar o gado e demais animais, seja na forma de grão, quirelas, silagem e rações.

Este cereal espalhou-se pelo Sul de Minas muito por conta do período exploratório das Minas Gerais. Era um dos principais alimentos, e com o tempo essas roças, que também produziam outros viveres, tais como arroz, feijão e criação de porcos e galinhas, acabaram se expandido, até dar origem aos povoados, distritos e cidades. Além das vantagens no cultivo, fácil em relação a outras culturas, o milho também proporcionava uma grande variedade de receitas, mesmo numa cozinha rústica. A farinha de milho fez desenvolver o monjolo nos sítios monte-belenses, possibilitando a disseminação de sua produção e uso. O monjolo, peça herdada pela colonização portuguesa, e que é movido pela força da água, facilitou o trabalho e fez da farinha de flocos amarelos e do fubá matérias-primas de pratos icônicos da culinária caipira como bolos, pães, virados, paçocas, mingaus etc.

Imagem 10: Exemplo de um monjolo. Ele usa a força da água para triturar os alimentos.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

O milho seco era guardado em paióis. Era necessário ter um cuidado especial em sua armazenagem, uma vez que o milho atrai uma infinidade de insetos, pragas e ratos. Por isso, era bem comum a presença de muitos gatos nas roças de antigamente. Hoje em dia, o milho é calculado em sacas de 60 quilogramas, mas em tempos remotos, sua métrica dava-se em carros de milho ou balaio. Para se encher um carro de milho, eram necessários quarenta e dois balaio, sendo cada balaio cabe, em média, a quantidade de 120 espigas.

Na época da colheita do milho-verde, nos meses de verão, é comum – como foi no passado – que as famílias se juntem para fazer pamonhas, bolinhos de milho-verde, bolos salgados ou doces e curau. Muitos destes pratos são vendidos por pequenos agricultores em feiras, ajudando, assim, a complementar a renda. Entre as famílias, vizinhos e amigos, compartilha-se o milho, alimento produzido pela terra e transformado por mãos que teceram seus aprendizados no repetir e reinventar os períodos de trabalho. Ao compartilhar o milho partilha-se também a cultura, o

grupo social no qual seus membros estão inseridos, reconstruindo os laços sociais a partir de um tempo de fartura, marcado pela comensalidade e pelo convívio.

De acordo com o censo do IBGE, o município de Monte Belo planta em média 1.800 hectares de milho ao ano, com a produção média de 15.120 toneladas. Ainda é uma cultura muito relevante e importante no meio rural.

A cana-de-açúcar e sua relevância socioeconômica com Monte Belo

O território de Minas Gerais foi durante o século XIX e início século XX, um dos mais importantes espaços canavieiros do Brasil. Na década de 1830, por exemplo, estima-se a existência em Minas de 4.150 unidades produtivas com transformação da cana-de-açúcar. Estes, eram formados em sua maioria, por pequenas propriedades, com poucos escravos, fundadas na produção de rapadura, açúcar mascavo e cachaça. Acredita-se, consoante às fontes, que é por volta de meados do século XIX que a cana-de-açúcar foi introduzida nas imediações da antiga Capela dos Lopes.

No início do século XX, começam a aparecer no Brasil as grandes usinas canavieiras, que começavam a processar uma quantidade muito grande de cana devido à robustez de suas moendas e maquinários. Surgiram programas estatais incentivando essas grandes empresas, que começavam também a produzir açúcar cristal, refinado e álcool.

Desde o começo do século XX, fontes históricas têm nos mostrado que a cana-de-açúcar era uma das atividades mais remuneradoras de Monte Belo. Hoje, a municipalidade possui cerca de 3.250 há de cana-de-açúcar plantados em seu território. Sua totalidade é colhida, gerando uma produção de aproximadamente 227.500 toneladas por ano. Abaixo, descreveremos alguns dos produtos resultantes da cana-de-açúcar e a importância da usina Monte Alegre para a História de Monte Belo.

Rapadura

O processamento artesanal da cana-de-açúcar constituía, no passado, uma atividade de grande importância econômica e social para as famílias de pequenos produtores rurais de Monte Belo. Colhia-se a cana, que era transportada pelos carros de boi até o engenho de moagem, que poderia ser movido por força d'água ou pela tração animal, através de muares ou bois cangados. A fabricação da rapadura faz parte da cultura monte-belense e é, até hoje, realizada por alguns produtores municipais.

Produzido em forma de tijolos, a rapadura é feita a partir da moagem da cana, no engenho. Em seguida, o caldo seguia para fervura, em tachos de cobre e com altas temperaturas. Essa é a fase mais importante, uma vez que é preciso mexer o caldo no tacho com certa sabedoria, para que o produto não seja perdido ou tenha qualidade baixa. Após essa trabalhosa e vital fase, o caldo já encorpado segue para moldagem e secagem, em gamelas de madeira. Em Monte Belo, a atividade de ser produzir rapaduras faz parte da história do município e dos bairros rurais, existindo relatos de engenhos que produziam rapadura no século XIX, portanto, há mais de 120 anos.

A rapadura não possui tantas substâncias químicas em sua composição, e é um alimento de alto valor nutritivo e substitui o açúcar cristal ou refinado com grandes vantagens no que tange à saúde. Ela é usada na alimentação como sobremesa e no preparo de diversos doces, bolos e quitandas.

A cachaça

Estima-se que a primeira destilação da cachaça no Brasil tenha acontecido há cerca de 500 anos, entre 1516 e 1532 – antes mesmo da fabricação da tequila e do rum nas Américas. A cachaça se interiorizou por Minas Gerais após a descoberta do ouro na região central, suprimindo, em muitos casos, o consumo de vinho e outras bebidas que, importadas, tornavam-se caras. No ano de 1920, em

Minas Gerais, a aguardente era o segundo mais importante produto do beneficiamento da cana-de-açúcar, perdendo apenas para o açúcar. Minas Gerais era o maior fabricante nacional do destilado, com mais de um quinto da produção nacional. Pode-se falar que a cachaça se espalhou pela cultura mineira, fazendo parte, também, de sua identidade.

O processo tradicional de fabricação, em alambique, da Cachaça de Minas foi considerada, por lei da Assembleia Estadual do ano de 2007, Patrimônio Cultural de Minas Gerais. Em alguns municípios, como no caso de Salinas, ela é também registrada como patrimônio imaterial. São mais de 1.700 marcas de cachaça artesanal registradas, em 350 alambiques do Estado. A produção é tão importante que até ganhou um dia no calendário: 21 de maio, Dia Estadual da Cachaça. De acordo com o Instituto Brasileiro de Cachaça- IBRAC, Minas Gerais é o maior produtor de cachaça do país e um dos maiores exportadores. Os diferentes rótulos de cachaça produzida em Minas têm conquistado os mais diferentes paladares mundo afora, tornando a atividade um verdadeiro chamariz para o turismo de experiência.

Imagem 11: Exemplo de funcionamento de um alambique de cachaça: 1- A cana-de-açúcar chega da roça e é moída na moenda. 2- O caldo é colocado em um tonel para descansar e sofrer a fermentação. 3- O mosto é aquecido no alambique. O vapor que sobe e depois decanta é a cachaça. 4- A cachaça é colocada em barricas para descanso e posterior envase e venda.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

Em Monte Belo, esse enraizamento da cachaça com a produção local não foi diferente. Na história, existiram diversos rótulos de diferentes alambiques no município. Produtores de cachaça até passaram a ter seus nomes associados à bebida, tal eram às suas maestrias na arte de conduzir os canaviais, as moendas, os fogaréus e os vasilhames. Nomes como “Jair da Pinga” (in memoriam), da cachaça Paraná; o “Ivo da Pinga”, da cachaça “Sanharão” e “Zequinha da Pinga”, da cachaça “Beleza de Minas” (in memoriam), ilustram o imaginário dos monte-belenses, como verdadeiros mestres na arte de produzir uma cachaça de qualidade.

Imagem 12: Rótulo da cachaça “Caninha Paraná”, da década de 1990.



Fonte: acervo do autor.

A cachaça em Monte Belo adquiriu, como em outros lugares do Brasil, vários apelidos. Talvez o mais famoso seja “pinga”. Outros, cana, caninha, “mé” e branquinha. A palavra teria relação com *vuurwater* ou *acqua ardentes*, significando água de fogo. Já a palavra “pinga” faz referência ao processo de destilação em alambique de cobre, no qual o mosto da cana é aquecido em vasilhames. Isso faz com que o seu vapor suba, resfrie e condense lentamente, caindo depois os pingos em outro recipiente. Daí o nome popular de “pinga”.

Açúcar cristal, mascavo e álcool: o caso da Usina Monte Alegre

A Usina Monte Alegre, localizada no município de Monte Belo, exerce forte influência nos municípios vizinhos, gerando empregos e renda, além de utilizar grande parte do espaço agrário desses municípios com suas plantações de cana-de-açúcar. Historicamente, é a maior indústria e geradora de empregos em Monte Belo, exercendo forte influência em vários aspectos da sociedade monte-belense.

A fundação da usina ocorreu em 1917, quando o Coronel Jorge Vieira adquiriu a Fazenda Monte Alegre, propriedade que já possuía tradição na produção de café, rapadura e açúcar mascavo⁸. Desde os primeiros anos do século XX, a fazenda Monte Alegre era descrita em documentos escritos. Seu proprietário, antes da compra pelo Cel. Jorge Vieira, era o Coronel Gabriel Archanjo da Silva Costa. A fazenda era imensa, e possuía 4000 alqueires de terra, com 350 alqueires em café e 1000 em pastagens. Possuía engenho de cana, duas máquinas de beneficiar café, serraria, máquina de cortar arroz. Colheu, em 1908, cerca de 30.000 arrobas de café.

A produção agropecuária dessa fazenda era muito grande. Tinha, ainda, uma fábrica de manteiga, 2000 reses, 300 vacas de leite, 25 carros de boi com 300 bois para tração, 6 carroções e suas respectivas trações e 80 muares para transporte de mercadorias. Ela criava, ainda, 500 porcos e produzia cerca de 300 carros de milho⁹ por ano.

A partir da compra da fazenda pelo Cel. Jorge Vieira, a fazenda começou a investir cada vez mais na produção de cana-de-açúcar. A partir da década de 1930, com o acelerado processo de industrialização brasileira à época, iniciou-se, de forma contínua e em ritmo industrial, a produção de açúcar cristal e aguardente.

⁸ O açúcar mascavo é proveniente da rapadura da cana de açúcar. Por ser um produto que não sofre nenhum processo de refino, preserva a maioria de seus nutrientes.

⁹ Em um carro há cerca de 4.800 espigas, que, uma vez debulhadas, produzem em média 16 sacos de 60 quilos cada.

Com a compra do primeiro conjunto de moendas – o maquinário utilizado para triturar a cana-de-açúcar à época -, com os motores movidos a vapor. A exportação do açúcar era feita a partir da ferrovia Viação Sul-Mineira, a partir da Estação de Engenheiro Trompowsky¹⁰, que ficava (e ainda fica, mas que infelizmente encontra-se em ruínas) a cerca de 5 quilômetros da usina.

Imagem 13: Usina Monte Alegre LTDA na década de 1970.



Fonte: acervo do autor.

Duas décadas depois, houve uma grande ampliação com a importação de uma moenda de origem inglesa e a construção de uma nova fábrica de açúcar. Em 1953, foi constituída a empresa Usina Monte Alegre LTDA, tendo como sócios o Coronel Jorge Vieira - eternizado na história no nosso município por meio de seu nome na avenida de entrada em nossa cidade - e seus filhos Mário Vieira e Milton Vieira, bastante conhecidos pelos munícipes mais

¹⁰ Essa estação já pareceu em capítulo anterior, e nome é de origem polonesa, em homenagem a um engenheiro civil que trabalhou na linha.

antigos de Monte Belo. Na década de 1960, iniciou-se também a produção de álcool, inicialmente para fins industriais, e a partir de 1978, com a criação de um programa governamental de álcool para fins combustíveis criado pela Ditadura Civil-Militar, o Proálcool, passou também a produzir o etanol, utilizado nos motores de automóveis.

Até a década de 2000, todo o trabalho de colheita de cana-de-açúcar era feito de forma manual, com o uso de podões e facões. Envolveu o uso milhares de trabalhadores rurais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraná, São Paulo, entre outros, que vinham morar em Monte Belo durante o período de safra, de abril a novembro. Homens e mulheres saíam de suas casas e deixavam suas famílias visando tirarem seus sustentos no corte de cana. Trabalho difícil, perigoso, mas de muita honradez. Muitas dessas pessoas ficaram e estabeleceram moradia em diversos pontos de Monte Belo ou nos municípios vizinhos. A partir década de 2000, a colheita manual diminuiu drasticamente, uma vez que as máquinas colhedoras de cana, custando alguns milhões de reais cada uma, dominaram o panorama rural. Estas, fazem o trabalho de mais de 100 trabalhadores, cada uma. Ao trabalho braçal, restou somente as áreas com intensa declividade.

Em 2006, a usina foi adquirida pelo grupo econômico Adecoagro, de caráter multinacional, e que se encontra em diversos países do mundo. Esse passo gerou grandes alterações na forma de gerir, gerar e escoar o alimento e energia que produz, além de potencializar a produção do biocombustível pelo etanol, e de ter como política de exportação o foco num produto que tem ganhado espaço no mercado alimentar: o açúcar orgânico.

Imagem 14: Chaminé da Usina Monte Alegre Adecoagro. Possui cerca de 25 metros de altura, e foi construída com tijolos assentados com cimento. Ainda é usual.



Fonte: Acervo próprio. Maio de 2024.

Atualmente, a produção do açúcar cristal da usina é destinada a mais de 300 municípios de Minas Gerais. A parte excedente da produção é vendida ao exterior. A Usina Monte Alegre produz a sua matéria-prima (cana de açúcar) em áreas arrendadas de seus acionistas e de terceiros, numa área total de mais de 12.000 hectares nos municípios de Monte Belo, Areado, Alfenas, Alterosa, Serrania, Divisa Nova, Cabo Verde, Machado e Conceição da Aparecida, com uma capacidade de moagem de 1,2 milhões de toneladas/ano. Gera, ainda, mais de 1500 empregos diretos e outros milhares, indiretos.

Arroz, feijão e mandioca

O arroz, alimento básico no prato de monte-belense, tem origem incerta. Não se sabe se é originário da Índia ou da China. Mas sabe-se que por volta de 2.800 a.C. era a planta sagrada do imperador da China. Chegou com os portugueses no período de colonização e espalhou-se por Minas Gerais, fazendo parte da alimentação base.

Era plantado em extensas várzeas, tanto em sistema de parceria ou pelo próprio proprietário. O plantio era feito em plantadeiras manuais. No momento de granação do arroz, era comum o ataque de pássaros. Para isso, sempre um garoto era designado a vigiar os arrozais com traques e bombinhas. Como todo o trabalho era manual, envolvia muitas pessoas no processo de colheita, uma vez o arroz tinha que ser cortado com foices manuais, carregado em balaios de taquara até o “batedor”, estrutura montada no meio da roça para retirar os grãos dos ramos. Hoje em dia, com a concentração da produção no Rio Grande do Sul e a mecanização da atividade, praticamente não se planta mais arroz em Monte Belo. Porém, o trabalho nos arrozais permanece na memória de muitas pessoas, como descrito pelo morador de Monte Belo, Roberto Morais, de 57 anos:

“A gente ia cedinho colher o arroz. Envolvia todo mundo: criança, mulher e homens já formados. Os mais habilidosos cortavam o arroz. Era preciso ter muito cuidado, pois acidentes poderiam acontecer. Muita gente tem cicatriz provocada pelo uso do ferro (a foice). Hoje em dia ninguém mais planta. Não compensa, já que no supermercado tá prontinho.

O feijão, nesse ínterim, tem origens nas Américas e em outras partes do globo. Faz parte da dieta monte-belense ao longo da história, e era plantado tanto nas entrelinhas do cafeeiro quanto em terrenos próprios. Também demandava (e demanda) bastante mão de obra para sua colheita, pelos pequenos agricultores, uma vez que ainda é pouco mecanizada, uma vez que é preciso “arrancar o pé” de feijão no chão e depois levá-lo para seca. Os tipos de feijão

mais plantados em Monte Belo são o “Mãezinha”, “Bolinha”, “Carioca” e “preto”.

Com o feijão, são produzidos importantes pratos da culinária mineira: feijoada, tutu de feijão, caldo de feijão e o feijão tropeiro. Este último é inteiramente incorporado às nossas cozinhas. Feito com feijão-carioca ou fradinho, embutidos, linguiças e carnes suínas, farinha de milho, couve picada e temperos. Essa é a base para esse prato que tem a cara de Minas e da região de Monte Belo. Tal prato é herança dos tropeiros que, passando por Minas, improvisavam refeições com os alimentos típicos da roça e que davam sustância, e que cuja validade era maior. Hoje em dia, pratos como o feijão tropeiro são rememorados num grande evento cultural de ordem gastronômica e social, e que tem atraído milhares de pessoas no Sul de Minas: as chamadas “Queimas do Alho”. Monte Belo tem ativamente participado desse evento, sediando uma etapa deste.

De fato, a importância da cultura tropeira na região pode ser evidenciada na entrevista com Lázaro Arlindo de Oliveira, de 88 anos. Segundo ele: “o toucinho era transportado em caixotes para o Rio de Janeiro. Na volta, eles traziam sal para Monte Belo. Os tropeiros comiam muito feijão e farinha, pois era algo fácil e rápido de fazer”.

A mandioca é considerada o “pão da terra” dos povos nativos do Brasil. Os Tupis-Guaranis foram os responsáveis pelo domínio comestível da mandioca e pela sua difusão ao longo do continente americano. No entanto, para conseguir usar a raiz como base de sua alimentação, os indígenas a deixavam de molho por três dias nas águas dos rios para que suas cascas se soltassem. Após essa fase elas eram raladas e a massa resultante era espremida para a remoção de todo o líquido. A partir disso era extraído o polvilho por meio do processo de decantação. A massa seca era torrada, resultando, então, na farinha de mandioca, base da alimentação brasileira em muitas regiões.

Em Minas Gerais durante o século XVIII, os colonizadores portugueses, na ausência da farinha de trigo, cujo custo e armazenagem era difícil, uma vez que era importada da Europa, viram na mandioca uma forma de substituir o pão com trigo.

Nascia aí o pão de queijo, segundo uma de suas versões mais aceitas pelos especialistas.

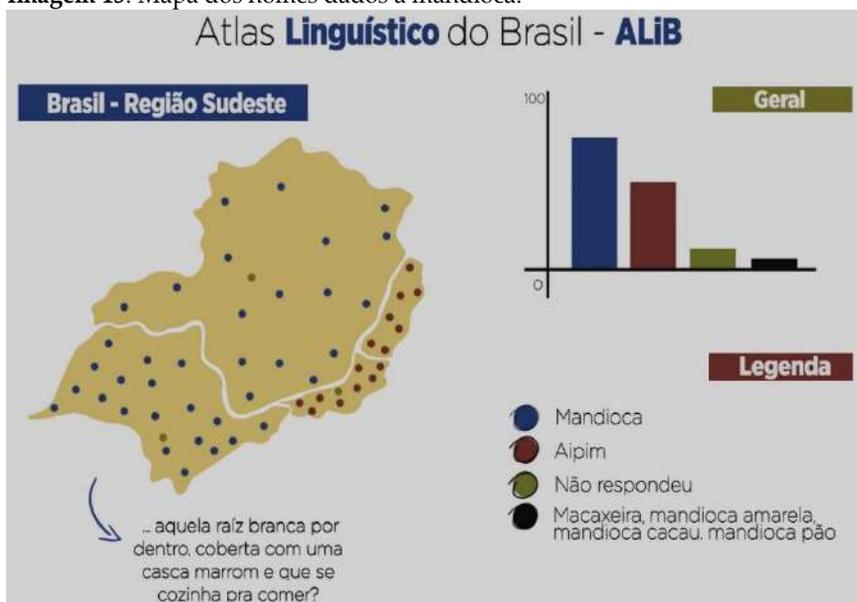
A mandioca espalhou-se pelas fazendas do Sul de Minas, que, no século XIX, utilizavam-se da mão de obra cativa para seu cultivo e beneficiamento. Aos escravizados vindos da África cabia o plantio, cuidado e colheita das lavouras de mandioca, tanto para subsistência quanto para a produção de polvilho nas propriedades dos senhores. Nesse processo, surgiram também os biscoitos, sequilhos, tapiocas e outros pratos tradicionais.

O cultivo de mandioca para a alimentação direta ou para a obtenção do polvilho fez parte da dieta monte-belense, sendo amplamente plantada e cultivada em muitas propriedades da região. Seu plantio era, de certa forma, importante no passado. A mandioca pode permanecer dentro da terra por um tempo considerável, fazendo, assim, que seu consumo seja lento, ao ritmo do consumo da família. Hoje, a produção de mandioca em Monte Belo é baixa, girando em torno de 24 toneladas/ano.

O polvilho também chegou a ser exportado de Monte Belo para outras localidades, via linhas férreas. Sem ele, muitas das quitandas não poderiam existir, uma vez que ele é o ingrediente principal para à sua feitura.

Uma curiosidade linguística: o projeto Atlas Linguístico do Brasil-ALiB demonstrou que mineiros e paulistas chamam a raiz de “mandioca”, enquanto fluminenses e capixabas usam a palavra “aipim”. Macaxeira é falada principalmente no Estados do Nordeste.

Imagem 15: Mapa dos nomes dados à mandioca.



Fonte: Portal da Ciência da Universidade Federal de Lavras.

A criação de porcos, frangos e bois: a dieta proteica do caipira

Os primeiros porcos, bois e galinhas foram trazidos ao Brasil por Martim Afonso de Sousa, em 1532. No início, esses animais criados eram provenientes de cruzamentos entre as raças portuguesas. Eram criados soltos, e assim foram por centenas de anos. Na vida da roça, logo se tornaram os principais animais criados nas Minas Gerais e, por conseguinte, em Monte Belo.

Em praticamente toda propriedade rural havia porcos. Eles eram criados soltos ou em pequenas pocilgas. Alimentavam-se basicamente de milho, vegetais e o soro de leite, proveniente da feitura dos queijos. Garantiam a alimentação de toda a família durante variadas épocas do ano, pois partes de suas carnes eram conservadas na própria gordura, criando, assim, uma carne especial: a “carne de lata”. A carne de lata é produzida através de um processo de conservação de alimentos feito na própria gordura, e é costumeiramente produzida no interior brasileiro, principalmente

no nosso Estado de Minas Gerais. Neste processo alimentar a carne de porco em pedaços é frita lentamente na gordura do próprio animal, processo que faz com que toda a umidade seja retirada. Em seguida, ela é armazenada em uma lata. Daí vem daí a origem do seu nome. Este processo foi muito utilizado na zona rural, permanecendo até o final do século XX, antes da popularização dos refrigeradores. Hoje em dia, mesmo com as geladeiras a carne de lata ainda é apreciada, pois ela tem um sabor e textura únicos, fazendo parte de nossa cultura alimentar.

Também eram feitas linguiças, que ficavam defumando no fogão a lenha. Parte da carne e do toucinho eram salgados, pois isso ajudava a conservar a carne, servindo como mistura. Havia o costume de compartilhar carne entre vizinhos quando se matava um leitão ou um porco “capado”. Esse costume fazia com que mais pessoas tivessem acesso à carne fresca por mais tempo. Monte Belo foi, ao longo da História, um grande exportador de carne bovina e suína, com ênfase ao distrito da Jureia, onde ao longo do Rio Muzambo existiam diversas granjas, com a carne exportada para São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje, o plantel de suínos do município é de 7.299 animais, segundo dados do IBGE.

Já os frangos eram saboreados aos domingos e feriados, ou quando um parente ou visita ia almoçar. Os ovos também serviam como “mistura”, além de ajudar na feitura de quitandas em geral. A carne de boi era mais rara, pois matar um boi ou novilho era caro. Mas ocorria, e o consumo de carne de boi acontecia principalmente em festa especiais, tanto assada quanto cozida, seja em casamentos, aniversários ou comemorações importantes.

Quando falamos dessas carnes, difícil não pensar em algum prato que não fique ainda mais gostoso com o toque defumado e cheio de sabor que a carne de porco traz. Outra receita apreciada é o frango caipira, cozinhado na panela de ferro e no fogão a lenha, utilizando-se de temperos simples como cheiro verde, alho, cebola, plantados na horta. A fervura de todos esses ingredientes juntos cria todo um sabor especial, que aguça a memória afetiva de monte-belenses mundo afora.

Doces e quitandas

A história dos doces mineiros e quitandas remonta ao período colonial no Brasil. Os colonizadores portugueses trouxeram consigo uma riqueza de técnicas de confeitaria e de pães combinadas com ingredientes locais, tais como o açúcar, a mandioca, frutas e temperos do Brasil. Isso deu origem a uma tradição única de fazer doces. Os colonizadores portugueses (com os doces conventuais, feitos em conventos) e os escravizados africanos (com doces de coco) que chegaram em Minas Gerais desempenharam um papel crucial na introdução de técnicas de confeitaria sofisticadas.

Os doces feitos em tachos de cobre podem ser dos mais variados: goiabada, bananada, abóbora, cocada. Em Monte Belo, seguindo tradições das doceiras e doceiros, muitos doces são feitos em enormes tachos de cobre. Esse material tem grande resistência ao calor, permitindo a melhor distribuição de calor na panela. O uso do tacho de cobre também ajuda a preservar a cor, sabor e aroma dos doces.

Muito dos doces feitos em Monte Belo são servidos em festas religiosas, tais como os pés-de-moleque, doces de leite etc. que acompanham os festejos de Santo Antônio, em junho, no Distrito da Jureia; ou quando são servidos em Festas Juninas e terços de São João, Santo Antônio e São Pedro, em outros locais. Ainda nos dias de hoje, acompanha-se nos leilões e bingos os famosos “cartuchos de doces”, que fazem sucesso e ajudam a propagar as iguarias produzidas na região. Há, igualmente, importantes indústrias onde doces de variados tipos são produzidos.

As quitandas, embora bem mais usuais no passado, ainda permanecem com certa tradição cultural. Podem ser definidas como diversos produtos, tais como: broa de fubá, bolo de fubá, bolachinhas, biscoitos de polvilho, pau-a-pique, entre outros, e são servidas, principalmente, em festas religiosas. São produzidos nos núcleos familiares - principalmente nos bairros rurais - em fornos de barro à lenha, e costumam juntar várias pessoas para sua feitura, preservando, assim, os laços sociais.

Monte Belo possui importantes indústrias de fabricação de doces - especialmente no Distrito da Jureia - que, juntas, movimentam a economia e levam os sabores do município aos mais variados paladares do Brasil.

Leite, queijos e demais laticínios

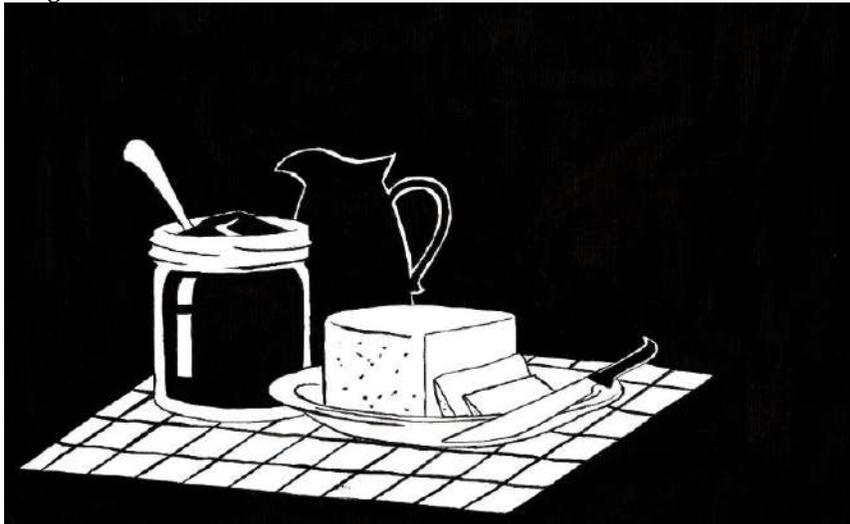
A pecuária leiteira no Sul de Minas Gerais iniciou-se no século XVIII a partir da formação e crescimento do mercado consumidor nas áreas de mineração no Centro da então província de Minas Gerais, na Corte e depois Capital, a cidade do Rio de Janeiro, e o interior de São Paulo. Como os tropeiros e viajantes precisavam de alimentos que durasse o dia todo e resistisse às longas jornadas de transporte no lombo de muares, os viajantes adaptaram uma antiga receita portuguesa de queijo coalhado produzido a partir de leite fresco. A receita fez tanto sucesso que os queijos mineiros logo se tornaram conhecido em todo o país, e Minas Gerais virou o maior centro produtor de queijo do Brasil.

A fabricação de boa parte dos queijos produzidos em Monte Belo consiste apenas três ingredientes: leite, coalho e sal. Originalmente, a maioria dos materiais e vasilhames para a construção dos utensílios e instalações, assim como das pessoas para sua elaboração, era encontrada (ou reproduzida) nas próprias fazendas e sítios monte-belenses. A pecuária leiteira de Monte Belo, de onde provém o queijo, coexistiu com outros modos de agricultura, tais como o cultivo de café e gêneros de subsistência, integrando grande parte da agricultura familiar. Essa relação define a vida econômica de muitos produtores rurais e os modos de vida de camponeses que vêm historicamente adaptando seu manejo e sua forma de integração ao mercado.

Segundo dados do IBGE, existem em Monte Belo cerca de 22.187 cabeças de gado, sendo aproximadamente 3.363 vacas ordenhadas todos os dias. Cerca de 19 mil litros de leite são ordenhados todos os dias. Esse volume de leite, além da venda *in*

natura, serve como matéria-prima para a fabricação de diversos tipos de laticínios e doces.

Imagem 16: alimentos derivados do leite.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

Capítulo III

As ferrovias em Monte Belo

A importância das ferrovias para a história de Monte Belo

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi fundada em 18 de março de 1872. Teve quase 2000 quilômetros de linhas e serviu aos estados de São Paulo e Minas Gerais até 1971, quando foi incorporada à Ferrovia Paulista S.A-Fepasa. O primeiro trecho da Mogiana foi inaugurado em 3 de maio de 1875, ligando Campinas a Jaguariúna, na época Jaguary. Em 27 de agosto do mesmo ano a linha chegava ao município de Mogi Mirim, e em 15 de novembro era inaugurado o ramal entre Jaguariúna e Amparo.

O memorialista Moacyr Bretas descreve a importância que a Mogiana teve para o desenvolvimento da região Sul de Minas: “se não fosse ela, a mais fértil região das Alterosas não seria até hoje, talvez, a mais econômica, rápida e segura via de transportes”. O café, à época, passa a ser um dos principais produtos agrícolas do Sul de Minas, sendo o principal produto econômico transportado por ela.

A Estrada de Ferro Cia. Mogiana Paulista fez a sua presença entre diversos municípios de Minas Gerais, entre eles pode-se destacar os municípios sul-mineiros de Muzambinho e Guaxupé, através do Ramal do Tuiuti. Esse ramal media aproximadamente 75 km de extensão, e servia como escoadouro de produtos, serviços, passageiros e ideias entre a região citada e o Norte e Oeste do Estado de São Paulo, além de servir como conexão a outras importantes ferrovias. A ferrovia e seus ramais apresentavam diferentes perfis de produção, comercialização, mão de obra e gerenciamento de região para região e de estação para estação.

Essa ferrovia foi vital para o desenvolvimento econômico e social da referida região, além de ser o fator importante para o nascimento de um novo município brasileiro, desmembrado do

município de Muzambinho: Monte Belo, em dezembro de 1938. O ramal do Tuiuti permanece viva na memória das pessoas, como o caso do senhor Lázaro Arlindo, 88 anos, morador do município de Areado/MG, mas que frequentou muito esse ramal em sua juventude:

Na estação Engenheiro Trompowsky, embarcava café e açúcar da Usina do Jorge Vieira¹¹. rapadura, polvilho, leite desnatado. Também havia venda de ovos. A gente pegava o trem até Aparecida/SP. Gastava mais ou menos umas 22h de viagem, parando em várias estações. Era muito cansativo, mas pra gente era uma festa fazer essa viagem. A estação do Tuiuti recebia todo o café colhido na região era embarcado ali. O comércio e os compradores de café sempre estavam por ali, na estação.

O ramal de Tuiuti teve sua origem na Estrada de Ferro Muzambinho, adquirida pela Mogiana junto ao Governo de Minas Gerais em 30 de julho de 1907, antes, inclusive, de a ferrovia ter suas obras iniciadas. Em 1913, a linha foi finalmente aberta de Guaxupé a Muzambinho e, em 1914, chegava a Tuiuti, onde se encontrava com a linha da Rede Sul-Mineira que vinha de Cruzeiro/SP, da Central do Brasil, no leste do Estado de São Paulo, e atravessava todo o sul do Estado de Minas Gerais pelo seu Leste. Em 1944, o ramal passou a se chamar ramal Jureia, assim como a localidade na qual a estação se encontrava. Esse ramal foi de grande importância para o desenvolvimento da região Sul de Minas, mais especificamente a dos municípios de Monte Belo, Muzambinho e Guaxupé. Nessas localidades, em questão, os trilhos da Mogiana levaram notícias, negócios eram realizados e movimentados produtos entre diversas regiões do Sudeste. Tuiuti tornou-se um dos principais entroncamentos ferroviários do Estado de Minas Gerais, e a partir dele era possível viajar para São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, a capital do país à época, e Aparecida, como assim fizeram muitas pessoas, que encaravam a longa viagem em romarias à terra da Padroeira do Brasil.

¹¹ Atual Usina Monte Alegre, do grupo Adecoagro.

Na construção do trecho do ramal de Tuiuti trabalharam diversos grupos de imigrantes, tais como portugueses, espanhóis, italianos e até japoneses. Os trabalhos foram árduos, uma vez que em muitos caminhos havia declividade e muitas rochas, de várias tipologias. O trabalho foi feito à base de picareta, carros de boi, carroças, pás e muita dinamite.

Imagem 17: Fotografia da primeira boca aberta em rocha para a colocação dos trilhos. Enxergam-se muitos homens trabalhando - possivelmente imigrantes portugueses - e animais puxando carroções.



Fonte: Centro de Memória da Unicamp.

Outra linha de intensa importância para Monte Belo era a linha Cruzeiro-Tuiuti, que integrava originalmente parte da E.F. Muzambinho. Iniciou as atividades em 1887, entre Três Corações e Muzambinho, e parte da E. F. Minas e Rio, que operava o trecho Cruzeiro-Três Corações desde 1884, e que em 1908 incorporou a Muzambinho. Em 1910, essa foi uma das formadoras da Rede Sul-Mineira, que por sua vez formou a Rede Mineira de Viação, em 1931.

Como relatado anteriormente, nas ferrovias e estações circulavam ideias, notícias, produtos e pessoas. Eram lugares de

muita sociabilidade, onde as informações políticas e sociais vindas das maiores cidades chegavam. Por elas, chegavam também os telegramas e jornais. Ademais, eram os lugares por onde escoavam os produtos agropecuários de Monte Belo. Nesta citação, que é parte do texto de Olavo Amadeu de Assis, podemos perceber a importância econômica e cultural das ferrovias em nosso município.

Em Monte Belo existia um embarcadouro de gado, que geralmente transportava mais de mil cabeças para Campinas ou Três Corações. Os peões eram os responsáveis pelo bom andamento da viagem. Divertiam-se e sofriam para embarcar os animais. Havia sempre um boi renitente que, com sua força, desafiava o embarque. À noite, faziam uma fogueira e, ao som da sanfona e da viola, passavam o tempo à espera da madrugada para iniciar uma longa viagem até seu destino". "O Valentino, vendedor de máquinas de costura, tinha uma namorada em Monte Belo. Ia vê-la todos os dias da semana, pedindo ao maquinista para, quando estivesse chegando em Monte Belo, apitasse bastante o trem, porque ela já sabia que ele estaria indo ao seu encontro. Ao aproximar-se de Monte Belo, fiel ao seu amigo, o maquinista disparava a apitar, que não havia vapor que aguentasse. A mocinha, muito reprimida, se arrumava rapidamente e, em um pulo, estava toda alegre na estação. Foi indo, até os pais dela desconfiarem das coincidências. Ela não se casou nem com ele nem com ninguém. E ele? Morreu. Foi encontrado morto no quarto.

As ferrovias e estações, como dito anteriormente, atraíam muitos imigrantes de origem europeia em sua construção, além de muitos colonos provenientes das fazendas de café dos Leste e Oeste Paulista, regiões abastecidas e abarcadas pela Cia. de Estrada de Ferro Mogiana S.A. Como o trabalho nos trilhos exigia um certo número de homens, muitos desses trabalhadores acabaram virado ferroviários e atuando na manutenção da linha. Já outros acabaram por se fixar na região, após virarem proprietários de algum pedaço de terra ou meeiros. Essa interconexão foi de extrema importância para o desenvolvimento social e cultural de toda a região.

Tabela 1: Estações que existiram em Monte Belo

Ramal do Tuiuti (Mogiana)	Altitude (metros acima do nível do mar)	Data de inauguração
Estação Monte Cristo	879 m	07-09-1914
Estação Monte Belo	878 m	07-09-1914
Estação Tuiuti (Jureia)	793 m	07-09-1914
Ramal Tuiuti x Três Corações (Sul-Mineira)		
Estação Engenheiro Trompowsky	775 m	28-08-1909

Fonte: BRASIL. **Viação e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Ministério da Inspeção Federal de Estradas, 1930.

Na década de 1960, infelizmente, as ferrovias e estações que cortavam o território de Monte Belo foram desativadas, tanto para o transporte de cargas quanto para o de passageiros. Os motivos são muitos: desinteresse de investimento estatal e privado, preferência pelo transporte rodoviário (ônibus e caminhões) e a construção da Represa de Furnas, que alagou diversos trilhos da linha Jureia-Três Corações. A estação mais importante, Jureia, foi desativada em 7 de novembro de 1966, sendo fechada e inoperante junto com o ramal. Restou na memória dos ferroviários, moradores e entusiastas, o apito da Maria Fumaça, a fumaça expelida pela locomotiva (a qual se via de longe), o movimento de passageiro e de mercadorias e a agitação de cada estação.

Imagem 18: Fotografia em preto e branco de um trem de passageiros partindo da Estação Tuiuti. Ano de 1914.



Fonte: Centro de Memória da Unicamp.

Capítulo IV

Cultura e patrimônio cultural

O que é Patrimônio Cultural?

O conceito de Patrimônio Cultural pode ser definido como aquilo passado como significativo entre as gerações, isto é, o que todos têm o direito de conhecer e reproduzir o seu funcionamento. Portanto, o significado de patrimônio cultural diz respeito a uma herança compartilhada entre os cidadãos, que carrega em si aspectos referentes à identidade de dado povo, comunidade, nação etc.

Desta forma, a ideia de Patrimônio Cultural configura-se como todo o bem que preserva a identidade ou a memória social de um povo ao longo da História. Sendo assim, percebe-se que diferentes grupos humanos possuem peculiaridades no seu modo de pensar, sentir e conceber o mundo, fazendo com que estes conceitos, ditos como importantes, sejam passados e compartilhados de geração em geração, constituindo e construindo culturas distintas. O Patrimônio Cultural pode ser definido como de forma material, na forma de construções, monumentos, obras artísticas, entre outros; ou imaterial, tais como ideias, técnicas, celebrações, conhecimentos etc.

O tombamento é o ato de reconhecimento do valor histórico, artístico ou cultural de um bem material, cuja chancela os transforma em patrimônio público e instituindo um regime jurídico especial de propriedade a esse bem. O ato de tombamento deve considerar sua função social e deve, sobremaneira, preservar suas características físicas mais importantes para a identidade de uma comunidade, protegendo-o de demolições e dilapidações, a fim de garantir o respeito à memória e à história do local, fazendo com que as atuais e futuras gerações também o conheçam. O nome tem origem em Portugal, pois era na Torre de Tombo, arquivo onde se guardavam importantes documentos da História de Portugal e

suas colônias, que se guardavam a memória e história. Nisso, ficou para nós como sinônimo de preservação. Já para os bens imateriais, o mecanismo de proteção e salvaguarda chama-se Registro.

Neste capítulo, conheceremos um pouco mais sobre o rico patrimônio cultural de Monte Belo. Para podermos preservar e salvaguardar um bem, é necessário conhecê-lo. A premissa deste livro é justamente essa, ou seja, difundir o rico patrimônio cultural do município com fim de salvaguardá-lo.

Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Por volta de 1865, no centro de um pequeno aglomerado de casebres, foi construída a capela dedicada à Nossa Senhora Imaculada Conceição, mais tarde chamada de capela dos “Lopes”, pois o terreno doado para a construção pertencia a família Lopes. Em 1885, o terreno adquirido pela diocese de Guaxupé, onde passou a ter o nome de “Monte Bello”. Foi colocado na parte superior da frente da igreja a imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira do município.

Através de provisão de 23 de dezembro de 1885, proveniente do Bispo de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, foi instituída a paróquia. Até o começo do século XX, por mais incrível que pareça, era o Bispado do Estado de São Paulo que administrava as paróquias e dioceses do Sul de Minas. Seu primeiro vigário foi Pe. Elias Navarro, e atualmente, é o Pe. Arnaldo Lourenço Barbosa que atua nela..

Imagem 19: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo do Autor. Maio de 2024.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição está situada na Avenida Francisco Wenceslau dos Anjos, 161, Centro, e conta atualmente com 21 pastorais e movimentos religiosos. Dentre as festas importantes na qual a paróquia está à frente, destacam-se: São Sebastião, em 20 de janeiro, Nossa Senhora de Fátima, em 13 de maio e a da padroeira de Monte Belo, a de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro. Neste dia em especial, assinala-se feriado no município.

Durante a Semana Santa são realizadas diversas encenações na área defronte à entrada principal da igreja, os chamados “Quadros-vivos”, que retratam a paixão, morte e Ressurreição de Jesus Cristo e Corpus Christi. É tradição de várias décadas no Brasil e em Monte Belo. Devido à sua importância histórica e cultural, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi tombada como Patrimônio Cultural em 4 de abril de 2005, através do Decreto Municipal de n.º 3.115.

As Folias de Reis de Monte Belo

Segundo especialistas, as Folias de Reis são festejos de origem europeia, comemoradas para rememorar a história bíblica dos Três Reis Magos do Oriente. Segundo a tradição, os três viajantes Gaspar, Baltasar e Belchior, foram presentear com mirra, ouro e incenso o recém-nascido Jesus Cristo, em Belém.

A tradição das Folias de Reis surgiu na Península Ibérica (Portugal e Espanha). Os Jesuítas que por aqui aportaram trouxeram essa celebração como forma de auxiliá-los na catequese dos indígenas e dos primeiros africanos escravizados. No começo, a celebração das Folias de Reis era realizada no período do Pentecostes, mas com o passar do tempo, passou-se a ser estendida para outras datas do calendário católico. Desta forma, com o tempo, o número de folias foi se expandido, criando significações e santos padroeiros, tais como a Folia de São Benedito, a Folia de São Sebastião, Nossa Senhora da Guia, etc. As Folias de Reis remetem a um passado rural, em que maioria das pessoas vivia no campo. Desta forma, essa manifestação cultural era um grande acontecimento que envolvia toda a comunidade, seja no traslado da Folia, na preparação para o almoço, nos pedidos de preces e graças alcançadas, ou, ainda, na própria execução das danças, cantos e oferendas.

Imagem 20: Bastião de Folia de Reis.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

Uma das principais características das Folias de Reis é a junção entre a encenação, o canto, a música, o poema e a dança. Por meio das Folias, os foliões e as pessoas que as recebem e as acompanham reforçam a sua fé a partir de uma atividade lúdica. Para expressarem essa atividade cultural, os foliões utilizam-se de diversos equipamentos musicais: pandeiros, violões, tantãs, triângulos, caixas, acordeões, violões e violas ditam o ritmo musical. Como adereços, as Folias trazem uma infinidade de máscaras, fitas coloridas, bandeiras, imagens, flores, espadas de madeira e lanças. Isso faz com que cada companhia tenha uma identidade própria, a depender de sua região. Após a apresentação em uma casa, comunidade ou capela, é bastante comum que o anfitrião sirva almoço ou um café com quitutes típicos da região. No Brasil, as Folias de Reis são comuns de norte a sul do território nacional, sendo um ritual muito comum no interior dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro.

As Companhias de Reis de Monte Belo já possuem várias décadas de atuação. Atualmente, são três atuantes: Folia de Reis São José, Grupo São José e Grupo Nossa Senhora de Fátima. Elas percorrem a região rural e urbana de Monte Belo entre 25 de dezembro e 6 de janeiro. Ao chegar à casa do proprietário e do devoto dos Três Reis Magos, a Companhia de Reis oferece a Bandeira com os símbolos dos Três Reis Magos e de Cristo para o dono da propriedade. A Bandeira é o símbolo máximo da Folia de Reis, e seu manuseio é sinal de grande honra e responsabilidade. Em seguida, segue o processo de cantoria de alguns versos e poemas com temas variados. O Mestre ou o Capitão pede licença ao dono da casa para ingressar na propriedade. Ao adentrar, diz todo o contexto da religiosidade em que os Três Reis Magos estão inseridos. O proprietário da residência faz ofertas (doações de alimentos, leitões, frangos ou dinheiro) após as apresentações, e é esse número de ofertas que vai delimitar o tempo dos cânticos e apresentações da Companhia de Reis na residência. É importante frisar que cada componente da Companhia tem uma função bem específica: os "Bastiões" dançam e cantam fantasiados os versos da Bíblia referentes aos Reis Magos, os músicos e os portadores das vozes mais afinadas sempre entoam as cantigas; já os que ficam na percussão, ditam o ritmo da Companhia. Alguns proprietários pedem que a Companhia se apresente mais de uma vez, visando agradecer alguma promessa ou graça alcançada. A fé em Santos Reis perpassa e influencia até a vida deste humilde autor que vos escreve, uma vez que seu pai, Antônio dos Reis de Souza, recebeu o nome "Reis", pois nasceu em 6 de janeiro de 1960, portanto, dia de Reis. O próprio Sr. Antônio nos diz:

Olha, Santos Reis é milagroso. A gente crê e sempre acompanha porque a gente fica sabendo das graças alcançadas. Eles têm poder de curar as pessoas, e temos que respeitar demais. E é também um local onde a gente encontra os amigos da juventude. Tem o almoço também, que é muito bom, com carne de porco caipira, macarrão e frango. Eu vou em Folia desde os meus 6 anos, quando meu pai me levou pela primeira vez e não falto um ano. Faz parte da minha essência.

A Folia de Reis tornou-se um bem cultural imaterial de Minas Gerais no dia 6 de janeiro de 2017. As Companhias Folia de Reis São José, Grupo São José e Grupo Nossa Senhora de Fátima estão cadastradas, inventariada e registradas como patrimônio imaterial junto ao Cadastro Mineiro de Folias. Salvaguardá-las e difundi-las são ações fundamentais para cimentar os elos identitários e de pertencimento cultural desse bem junto à comunidade, uma vez essa tradição faz parte da memória e cultura do Brasil.

“Senhor e dono da casa, vai chegando a folia
Vem beijar a nossa bandeira e escutar a cantoria
Vem beijar a nossa bandeira e escutar a cantoria ai ai ai !

Senhor e dono da casa, se não for muito custoso
Vem abrir a sua porta que nós viemos de pouso
Vem abrir a sua porta que nós viemos de pouso ai ai ai !

Nosso corpo quer descanso nós precisamos dum canto
Nossa arma quem vigia é o divino espírito santo
Nossa arma quem vigia é o divino espírito santo ai ai ai !

Senhor e dono da casa, a folia vai saindo
Fica com deus nosso pai e a proteção do divino
Fica com deus nosso pai e a proteção do divino ai ai ai !”

Folia do Divino¹²

André e Andrade

Moda de folia aos Santos Reis

São Sebastião

São Sebastião era um soldado romano que foi martirizado por professar e não renegar a fé na figura de Cristo. Nasceu no Império Romano, no que hoje se compreende a França, no ano de 256 d.C. (depois de Cristo). Foi martirizado e torturado, e posteriormente executado no dia 20 de janeiro de 288 d.C. Sebastião jamais negou

¹² ANDRÉ & ANDRADE. “Folia do Divino”. Esta canção está disponível no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=HCenS-_nzdc. Acesso em: 24 de maio 2024.

a sua fé, tornando-a inabalável perante a torturas impostas pelos inquisidores romanos. Também fez um importante papel de conversão de novos fiéis no exército romano, fato que levou à sua perseguição pelo Imperador Diocleciano. Sua história é conhecida somente pelas atas romanas de sua condenação e martírio. Nessas atas de martírio de cristãos, seus redatores escreviam dando poucos detalhes sobre o martirizado e muitos detalhes sobre as torturas e sofrimentos causados a eles antes de perecerem. Essas atas eram expostas ao público nas cidades com o fim de desestimular a adesão ao cristianismo.

É um dos santos mais cultuados na religião Católica, sendo padroeiro de outras cidades no Brasil, tais como a Capital Fluminense do Rio de Janeiro, que teve como seu primeiro nome São Sebastião do Rio de Janeiro; São Sebastião, Litoral Norte Paulista; Areado e Andradas, ambas no Sul de Minas. No meio rural, é um dos mais populares, pois os fiéis creem que o Mártir São Sebastião protege o gado e os demais animais domésticos de peste e doenças. Daí vem o costume de os produtores rurais doarem porcos, bezerras e frangos para a festa do santo.

Em Monte Belo, São Sebastião é bastante cultuado, tendo uma festa importante em sua homenagem. Todo mês de janeiro, na cidade, durante 15 dias ou mais, ocorrem quermesses em sua homenagem, onde são sorteados frangos, cartuchos de doces, leitoas e brindes em geral. Ademais, num domingo que varia de ano para ano, ocorre um desfile de carros de boi, cavaleiros e amazonas, que chega a receber até milhares de participantes, os quais desfilam pelas principais ruas da cidade, exibindo seus animais e suas tralhas em devoção ao mártir. A festa de São Sebastião é patrimônio cultural imaterial do município.

Congada

A Congada é um folguedo de praticado em vários Estados do Brasil, assumindo, em cada região, características peculiares de acordo com seus praticantes, sociedade e geografia a qual está

inserida. A dança dos congos foi trazida do continente africano pelos escravizados negros, sendo posteriormente usada pelos jesuítas como forma de evangelização. Como em outras experiências religiosas no Brasil, o Congado também guarda relações com as formas expressas na religiosidade africana.

Imagem 21: Congada.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

A festa congadeira, como é denominada, homenageia principalmente São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Em Cabo Verde, município vizinho de Monte Belo, no qual a escravidão e a formação de quilombos¹³ sempre foi muito presente, as congadas fazem parte de sua configuração histórica, e acabaram também influenciando a cultura regional. Pode-se falar que a escravidão

¹³ Os quilombos eram comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes que fugiam da escravidão. Geralmente, eram formadas em locais de difícil acesso. O mais famoso quilombo do Brasil foi o de Palmares, no Nordeste, que existiu durante boa parte do século XVII.

existiu no território de Monte Belo, uma vez que Cabo Verde, município ao qual Monte Belo pertenceu até 1911, contava com uma das maiores escravarias do Sul de Minas Gerais.

Os temas teatrais do folguedo cultural são a coroação dos reis de Congo, os préstitos e embaixadas, reminiscências de danças realizadas na região central da África. Os congos e os ternos são geralmente compostos por dezenas de pessoas, que usam batuques e instrumentos musicais para ditar o ritmo. Cada Congada tem suas vestimentas, cores e adereços, conferindo identidade a cada terno. Em Monte Belo existe a Companhia de Congada Nossa Senhora do Rosário, que se apresentam em eventos de ordem cultural no município e na região.

Os carros de boi

No meio rural possuir uma junta de bois ou várias, fez parte do cotidiano de muitas famílias na história monte-belense. Na lida da roça ou do campo, a ajuda desses animais era imprescindível. Usado para tração, para puxar o arado para preparar um terreno para semeadura ou plantio, puxar um pesado mourão ou até as pedras para a construção de casas. Os carros de boi também eram utilizados para transportar as colheitas de milho, feijão, cana-de-açúcar, café e demais produtos agrícolas.

O carro de boi é uma das invenções mais simples e primitivas do ser humano. E em Monte Belo, desde o século XIX, esse veículo de tração animal foi útil para o desenvolvimento estrutural e econômico das famílias rurais e urbanas. Para tanto, era necessário ter e cuidar, de preferência, de juntas de touros fortes e destros. Esses animais recebiam uma atenção especial na fazenda, e geralmente, recebiam nomes bem pitorescos: “Limoeiro”, “Laranja”, “Estrelo”, “Teimoso”, “Peixinho”, “Malhado”, “Alazão”, “Astro”, “Mimoso”, “Mostarda”, “Precioso”, “Pintado”, “Barreiro”, entre outros.

Imagem 22: Carro de boi e seus carreiros posam para foto em frente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Década de 1940.



Fonte: Autoria desconhecida.

O carro de boi contava com uma série de equipamentos. Além do carro, que na maioria das vezes tem duas rodas, possuía a canga, o cabeçalho, tamboeiras, cambão etc. As juntas dos bois eram unidas pelas “cangas” que, por sua vez, eram ligadas ao cabeçalho por varais articulando os “cambões”. Tiras de couro –as “tamboeiras” – ligavam o cambão entre si. A canga repousa na nuca dos bois, prendendo-os pelo pescoço, que ficava entre dois bastões perpendiculares, atados ou embutidos na canga – os “canzis” – cujas pontas inferiores eram ligadas por uma fita de couro – a “brocha” – passada pela barbela do animal. Atrrelada ao cabeçalho ficava a “junta-mestra” ou de “pé-de-carro” ou “junta-de-coice”, a mais importante de todas; pois, além de abrir a marcha, sustentava grande parte do peso do carro. A que se segue é chamada “junta-forte” e as outras “juntas-de-guia”, formada pelos bois mais adestrados. Desse modo, o manejador, poderia ter o controle total da junta, estabelecendo a força e velocidade do animal, além de ter o controle para parar e iniciar os movimentos.

Imagem 23: Carreiro e sua junta de bois.



Fonte: Ilustração de Brunno Veloso.

A depender do que o carro de boi iria transportar, seja milho, café ou arroz, era necessário confeccionar uma estrutura de taquara. Geralmente, quem a fazia era uma pessoa habituada a fazer balaios de taquara, os “fazedores de balaio” cujo uso dava-se, também, na colheita e nos afazeres do sítio. Em muitos casos, não se usava tal estrutura, se a colheita fosse de feijão ou só se fosse transportar mourões, ou, ainda, lenha. Cada carro de boi tinha o seu “canto”, o que conferia identidade à boiada e ao seu carreiro. Às vezes, sebo de boi era colocado nos eixos para melhorar o “canto” do carro ou, ainda, melhorar a rodagem.

O carro de boi e o carreiro sempre enriqueceram grandemente o folclore e a cultura popular de toda a história de Monte Belo, fornecendo interessantes e variados temas para pitorescas e expressivas toadas pelas estradas rurais do município. Carrear, fazer as rodas do carro cantar e guiar as juntas transformou-se numa arte, que foi passada de geração a geração e faz parte da história regional. Até os dias de hoje, podem ser vistas as boiadas e os carros de bois de pessoas afamadas nessa arte no município, tais

como o Sr. Chicuta, do bairro Rancharia, entre outros, que, juntos, desfilam em eventos culturais como a Festa de São Sebastião ou em desfiles de carros de boi.

Obelisco de Homenagem à FEB e ao Sgt. Armando Teixeira dos Anjos

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945. Foi o maior conflito bélico da História da Humanidade, e vitimou mais de 70 milhões de pessoas, causando transformações no mundo todo. O Brasil entrou ao lado dos Aliados (Estados Unidos da América, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS, França, China, entre outros) após ter navios torpedeados pelos submarinos alemães em 1942, incidente que vitimou mil pessoas e gerou comoção nacional. A Força Expedicionária Brasileira-FEB foi a delegação militar enviada pelo Brasil à Itália em 1944, para integrar as tropas dos Aliados contra a Alemanha Nazista, que ocupava àquela altura o país. Parte do treinamento, equipamento e armamento para a FEB foi cedido pelos Estados Unidos da América.

Em 16 de julho de 1944, cerca de 5 mil homens da FEB desembarcaram no porto de Nápoles, na Itália. Ao todo, 23.702 brasileiros foram enviados para a 2ª Guerra, com 1.900 baixas, sendo 441 de Soldados da F.E.B., 9 da Força Aérea Brasileira-F.A.B e aproximadamente 1.400 na Marinha mercante e militar. Os combates na Itália foram duríssimos, uma vez que os alemães ocupavam o cume das montanhas e possuíam mais experiência. Mas as pracinhas – como ficaram mundialmente conhecidos – mostraram-se bravos e conquistaram importantes batalhas, como a de Monte Castelo.

Entre os militares que integravam a FEB, estava o 3º Sargento Armando Teixeira dos Anjos, lotado na divisão do exército de Infantaria de Montanha, em São João Del Rei. Ele nasceu em 2 de maio de 1918, em Monte Belo. Seu pai era João Evangelista dos Anjos Júnior, e sua mãe, Maria Eusébia da Silva. O Sargento

Armando Teixeira dos Anjos faleceu em 13 de maio de 1980, em Monte Belo, com 62 anos. Por sua valorosa contribuição para livrar o mundo do Nazifascismo, fora erguido um obelisco em sua homenagem e à FEB, quando o sargento retornou dos campos de batalha, em 1945. O obelisco está situado na Praça Francisco Wenceslau dos Anjos, Centro, e é tombado como patrimônio cultural de Monte Belo a partir do Decreto Municipal n.º 3.114, de 4 de abril de 2005.

Imagens 24: à esquerda, fotografia do 3º Sgt Armando Teixeira dos Anjos



Fonte: Family Search

Imagem 25: à direita, placa instalada no obelisco.



Fonte: acervo do autor.

Imagem 26: Obelisco em homenagem à FEB e ao sargento Armando Teixeira dos Anjos, localizado na Praça Francisco Wenceslau dos Anjos.



Fonte: acervo do autor.

Estação Ferroviária de Monte Belo

A estação de Monte Belo foi inaugurada em 1914. Ela segue o padrão arquitetônico das estações da Mogiana. Nos últimos anos, sofreu importante reforma e restauro. Hoje em dia, funciona como biblioteca pública e centro cultural, sendo administrada pela Prefeitura Municipal de Monte Belo.

A Estação Ferroviária de Monte Belo-MG foi tombada por sua importância histórica como patrimônio cultural ferroviário nacional, através da Lei n.º 11.483/07 e Portaria IPHAN n.º 407/2010, expedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Este é o órgão que gere e protege os bens da União. Já a Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, atribuiu

ao Iphan a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal-RFFSA¹⁴, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

Imagem 27: Locomotiva a diesel Cooper-Bessemer em Monte Belo, provavelmente anos 1960, antes do fechamento da rodovia.



Fonte: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/mmg/montebelo.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

Coreto

De certa forma, os coretos existem desde a Antiguidade Clássica (Grécia e Roma), como locais de reunião e celebração. Por definição, os coretos podem ser definidos como peças arquitetônicas que compõem os bens de uma cidade, cuja instalação se dá em praças, largos, parques e jardins, tendo sido

¹⁴ A Ferrovia Paulista S/A-Fepasa foi uma companhia pública de transporte ferroviário de cargas e passageiros criada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que se originou da fusão das companhias Mogiana de Estradas de Ferro (proprietária do Ramal Guaxupé-Jureia), Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro Araraquara e Estrada de Ferro São Paulo e Minas. A empresa permaneceu em funcionamento entre outubro de 1971 e maio de 1998, quando foi extinta e seu patrimônio incorporado à Rede Ferroviária Federal.

conhecidos por servirem de palco para atividades de entretenimento no espaço público, principalmente entre os séculos XVIII e XX, em grande parte do Ocidente e, em especial, na França.

Através de suas características estruturais, como base elevada e vistas vazadas, a função de abrigar apresentações musicais com bandas civis e militares foi a mais comum para os coretos, além da contemplação do entorno e ornamentação do ambiente. A partir dos coretos, pode-se aprender muito em relação à construção dos locais públicos, à história do urbanismo e das paisagens, além das formas de apreciação musical coletiva e o cotidiano cultural. Vários folguedos, tais como Congadas e Folias de Reis, também eram e ainda são realizadas em coretos, fazendo com que essas estruturas sejam importantes para a cultura popular.

Os coretos, assim, serviram como pontos para a realização de solenidades e festividades em muitos municípios de Minas Gerais desde o século XVIII, sobretudo em ocasiões de cunho religioso ou político. Nesse contexto, os coretos eram executados por mestres carpinteiros e financiados pelos governantes, tendo como principal objetivo as apresentações musicais, vocais e discursos políticos. Tal assertiva não foi diferente com o Coreto de Monte Belo, construído durante a década de 1940, e que se localiza na Avenida Francisco Wenceslau dos Anjos, s/n, Centro, próximo à sede da Prefeitura Municipal. Nele, apresentavam-se a banda da cidade aos domingos, além de corais. Atualmente, o Coreto recebe apresentações musicais e artística realizadas durante a realização da Feira Noturna, às quartas-feiras, de 15 em 15 dias, sendo também palco de encontros de congada e de Festas Juninas. Pela sua importância histórica, o coreto foi tombado como patrimônio histórico municipal a partir do Decreto de n.º 3.113, em 4 de abril de 2005.

Fanfarra Municipal Maestro Armando Teixeira dos Anjos

A palavra “fanfarra” provém do francês “*fanfare*”, e era como antigamente se chamava o toque de trompas e clarins realizadas nas caçadas da aristocracia. Posteriormente, a designação foi

estendida às bandas marciais que acompanhavam os cortejos cívicos e/ou regimentos de cavalaria em batalhas. Vieram para o Brasil via influência portuguesa, espalhando-se por todo o território nacional, e fazem parte da cultura nacional, sendo um importante meio de difusão da cultura musical junto às pequenas cidades brasileiras.

Tradicionalmente, as fanfarras no Brasil utilizam-se dos seguintes instrumentos: tubas, barítonos, bombo sinfônico, tímpanos, gongos, pratos suspensos, pandeiros, triângulos, tumbadoras etc. Costumam também ter apresentações artísticas. Cada fanfarra carrega a sua identidade, que pode ser verificada na indumentária, no estandarte e nas cores, fazendo com que cada uma tenha seu estilo único.

Ao longo de sua história, Monte Belo já possuiu diversas fanfarras, cuja apresentação dava-se em eventos cívicos, tais como o 7 de setembro, datas comemorativas, aniversário da cidade ou, ainda, em solenidades que contavam com a presença de autoridades diversas. Ao longo das décadas de fanfarra em Monte Belo, percebe-se que a música tem se configurado de inúmeras formas no espaço escolar e social, sendo, portanto, uma ótima aliada no processo de ensino-aprendizagem e no convívio. Se a educação musical ainda não é prática oficializada, os grupos vocais e instrumentais formados pelas fanfarras assumem papel importante no que se refere à socialização, à disciplina e à ampliação de experiências musicais. Desse modo, as bandas e fanfarras constituem elementos importantes na educação, uma vez que possibilitam que o educando tenha acesso à cultura musical, melhorando seu repertório cultural e comprometimento escolar.

Pela sua importância histórica e cultural para toda a população monte-belense, a “Fanfarra Municipal Maestro Armando Teixeira dos Anjos” foi registrada como patrimônio histórico municipal a partir do Decreto de n.º 5.508, em 16 de novembro de 2021.

Imagem 28: Fanfarra Municipal Maestro Armando Teixeira dos Anjos, em apresentação no aniversário do município.



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Belo.

Praça João Pedro Bonelli

Desde os tempos da Renascença europeia, ocorrida entre os séculos XV e XVI, as grandes áreas verdes ajardinadas são uma forma de proporcionar descanso e admiração ao corpo e ao espírito. Tendo a Inglaterra, França e Itália como expoentes nessa prática, os nobres e membros da Igreja começavam a desfrutar de amplos espaços gramados com caminhos desenhados, árvores frondosas, labirintos de vegetação e esculturas de deuses da Mitologia greco-romana.

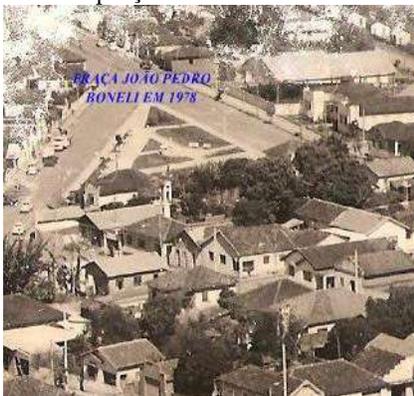
No alvorecer do século XVIII, as praças e jardins já eram utilizadas como ferramenta de embelezamento e valorização da cidade. No período anterior, o uso de grandes jardins estava reservado apenas à elite aristocrática. Com o surgimento da Revolução Francesa, da Revolução Industrial e do crescimento das cidades, tornou-se necessário, então, que existissem áreas de encontro e de relações sociais para os operários e para a burguesia que ascendia com o florescimento da indústria.

Com o passar dos séculos, os jardins e praças vêm sofrendo grande influência das transformações socioeconômicas e

socioculturais pelas quais as nações foram passando. A partir disso, as praças e os passeios públicos sofreram a influência de vários estilos, tais como o jardim clássico, o barroco, o romântico, os estilos mistos, tropicais e indo até as propostas contemporâneas de praças

No contexto do Brasil, as praças e jardins sofreram forte influência da arquitetura e do urbanismo português, principalmente no período colonial. Os primeiros espaços públicos passaram a ser utilizados para o desenvolvimento das relações sociais e o convívio, e eram onde estavam localizadas as igrejas, centro da sociabilidade local.

Imagem 29: (à esquerda), fotografia aérea da praça, em 1978. **Imagem 30:** foto atual da praça.



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Belo.

O entorno imediato à praça João Pedro Bonelli destaca-se por manter forte uso residencial, mas também oferece rico comércio e serviço, com alguns imóveis de uso institucional, como a Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves e a Santa Casa de Misericórdia da cidade. Além destes, existem nas imediações da praça diversas lojas, farmácias, restaurantes, lanchonetes e trailers de lanches, cujos saborosos sanduíches fazem parte da memória local. Esses estabelecimentos também compõem a paisagem da praça. O uso da praça ao longo das décadas é de passagem, permanência para contemplação e lazer para os cidadãos.

O desenho da praça juntamente com os edifícios no entorno configura a paisagem da cidade convidativa de Minas Gerais, que acolhe e é tão necessária para uma caminhada tranquila e serena. Essa ação, sabe-se, é cada vez mais necessária frente aos tempos em que os arranha-céus, carros, ônibus, metrô e trens ganham destaque nas grandes cidades. Essa tranquilidade trazida pelas praças, típica das cidades sul-mineiras, são constituintes de um espaço que gera sentimento de identidade e calma na cidade, por isso, merece ser preservado. A partir disso, movida pela sua importância histórica e cultural para toda a população montebelense, a “Praça João Pedro Bonelli” foi tombada como patrimônio histórico municipal a partir do Decreto de n.º 5.680, em 10 de outubro de 2022.

Festas Juninas e terços

As Festas Juninas originaram-se de rituais realizados desde a Antiguidade por povos indo-europeus, cujo objetivo era de que às suas colheitas fossem fartas e alimentassem toda a comunidade durante os penosos meses de inverno. Além disso, eram rituais que serviam para abençoar o próximo período agrícola. Nesses festejos era comum a partilha de alimentos e estabelecimento de alianças entre as comunidades. Alguns dos elementos modernos originam-se desse período, tais como a fogueira e o compartilhamento dos alimentos produzidos na região.

Nos festejos Juninos contemporâneos estão presentes algumas das figuras mais populares do catolicismo. Isso fez com que houvesse um grande sincretismo, isto é, uma associação entre os santos, a cultura popular e o folclore, transcendendo e reelaborando os ritos normatizados pela Igreja Católica.

O primeiro dos santos juninos é Santo Antônio (? - 1231), frade franciscano de origem portuguesa, e que ficou conhecido pelo que fez na Itália no início do século XIII. Com fama de milagreiro, foi canonizado pela Igreja somente onze meses depois de sua morte. No imaginário popular, Antônio se tornou a santidade das coisas

perdidas, sobretudo nos demais países europeus; além de possuir poderes ligados à promoção de casamentos, principalmente em Portugal e no Brasil. Simpatias, promessas e orações específicas marcam a devoção a ele, tal como a de possuir uma imagem dele mergulhada de cabeça para baixo numa vasilha d'água. Geralmente, sua presença nos festejos juninos está ligada a essas tradições. Dentro dos dogmas católicos, fora fixado o dia o 13 de junho, data da morte dele, como dia consagrado ao santo.

Outro santo é São João, o mais popular dos festejos. Em 24 de junho, o catolicismo celebra o nascimento de João Batista (2 a.C - 28 d.C.). Existem versões que apontam que originalmente eram "festas joaninas" e não festas juninas; e, sobretudo no nordeste brasileiro, a Festa de São João é o maior evento de todos, movimentando milhões de reais e centenas de milhares de pessoas, principalmente em Campina Grande/PB, Juazeiro/BA e Caruaru/PE. No Cristianismo, João Batista é o primo de Jesus Cristo e aquele que o batizou nas águas do rio Jordão.

Junho ainda assinala a data do martírio de São Pedro (? - 67 d.C) e São Paulo (5 d.C. - 67 d.C.), dois dos pioneiros do cristianismo. Pedro foi um dos 12 apóstolos de Jesus e acabou sendo depois o primeiro papa do catolicismo. Já Paulo de Tarso, por sua vez, tornou-se um dos mais influentes teólogos da história e principal difusor do Cristianismo em seu início, no Mediterrâneo Antigo. Parte significativa dos compilados que compõem o Novo Testamento da Bíblia é atribuída a ele. É dele, também, a autoria de parcela considerável da ressignificação de Jesus Cristo após sua morte na cruz.

No Brasil e em Minas Gerais, as festas juninas foram reinventadas e se tornaram uma exaltação das raízes interioranas. E muito além da religiosidade, tornou-se tradição, folclore e patrimônio cultural do país. Isso não foi diferente em Monte Belo, onde as Festas Juninas fazem parte da cultura de diversos bairros. Junto aos festejos, geralmente são sempre rezados terços para os santos juninos. A fé, claro, também colabora para a ressignificação e salvaguarda desse bem.

Quitudes como a paçoquinha, pipoca, bolo de fubá, pau-a-pique, broas, canjica, curau, frangos assados, pé de moleque, maçã do amor e variados doces fazem parte do festejo, assim como o vinho quente com maçã e o quentão. Brincadeiras de pular fogueira, andar sob o braseiro, pescaria e dançar a quadrilha fazem a alegria de pessoas das mais variadas idades. Na indumentária usada pelos frequentadores, destacam-se o chapéu de palha, a camisa xadrez, os vestidos com vários adereços, botinas e as calças com remendos.

Na animação e decoração, destacam-se o uso (que deve ser sempre responsável) de bombinhas, traques e rojões; e de bandeirinhas coloridas penduradas em varais de barbante, cuja função é a de enfeitar o local da festa. Essas atividades trazem alegria e cores ao mês junino, fazendo com que as escolas e bairros encham-se de contentamento e entusiasmo.

Capítulo V

A Monte Belo do século XXI

As transformações socioeconômicas

Muita coisa mudou durante o alvorecer durante o século XXI em Monte Belo. Por muito tempo, jovens e diversas famílias migraram para outras regiões, Estados da Federação e até outros países, buscando empregos e melhores condições de vida e subsistência. Durante o século XX, Monte Belo apresentou um baixo crescimento populacional, muito causado, é verdade, por esse êxodo, cuja saída destinava-se, sobremaneira, aos municípios de São Paulo, Campinas, Limeira e Americana. Apesar de a saída de pessoas do município ter diminuído nos últimos anos, o município ainda apresenta taxas baixas de crescimento vegetativo. Mas, do ponto de vista econômico, o município mudara bastante.

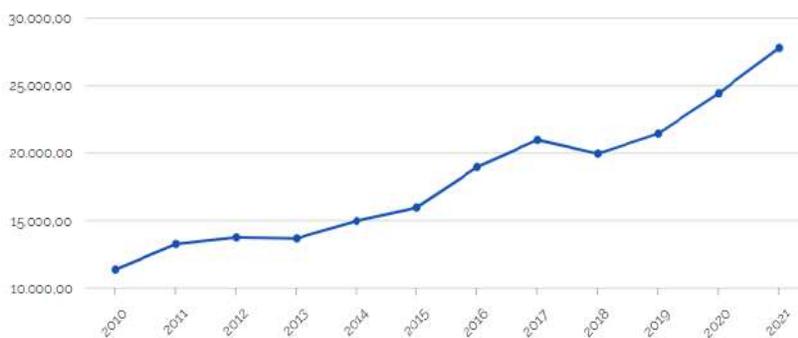
As atividades econômicas apresentadas neste livro, pautadas na agropecuária e na agroindústria ainda permanecem como importantes, claro. Modernizaram-se e seguem gerando emprego e renda. Todavia, outras atividades têm se destacado. Hoje, Monte Belo tornara-se um dos mais importantes polos de produção de moda íntima de Minas Gerais. A Lingerie gera empregos diretos e indiretos em confecções e lojas, aquecendo o setor de serviços, além de oferecer oportunidades à comunidade. Monte Belo abriga mais de 140 empresas, entre confecções, fábricas e lojas de lingerie, proporcionando mais de 2.500 empregos. O Governo de Minas Gerais, devido à importância dessa indústria, reconheceu a cidade como um polo no segmento de moda íntima, e isso vem trazendo benefícios às confecções, pois tem crescido os investimentos em infraestrutura e programas e apoio técnico. A produção de lingerie tem se desenvolvido num movimento importante, uma vez que empodera a mulher, já que a maioria das pessoas empregadas

nessa indústria têxtil é de mulheres. Esse movimento tem se expandido à zona rural, fazendo com que a renda das famílias rurais tenha um significativo aumento. Para acompanhar esse processo, fora criada a Associação Montebelense de Moda Íntima-AMMI, que congrega uma boa parte desses produtores.

Outra importante mudança no aspecto econômico foi a consolidação de grande empresa do ramo financeiro, a Brasil Card, empresa monte-belense que tem atuado nesse competitivo mercado desde 2001. Ela está presente em todo o território nacional, com 2.000.000 de clientes em todos os Estados do Brasil, além do Distrito Federal. Atua junto a grandes redes de atacado, varejo e clientes físicos, tornando-se referência na área de crédito. Possui outras filiais, em São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG, e emprega ao menos 1.200 pessoas em sua matriz, localizada em Monte Belo.

Todas essas mudanças, a partir das informações trazidas acima, trazem um importante crescimento no desenvolvimento econômico do município ao longo dos anos, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Tabela 2: Crescimento do PIB per capita em Monte Belo



Fonte: IBGE Cidades.

Em 2021, o Produto Interno Bruto per capita (por pessoa) é de R\$ 27.847,63. Pode-se falar que o município vem progredido no que tange à sua economia e a outros índices sociais, educacionais,

entre outros. É certo que muito ainda há o que se fazer e se desenvolver, e que o povo monte-belense, com sua rica história, possa guiar seus passos em busca de sempre evoluir e melhorar.

Considerações finais

A construção do processo histórico de nosso município vai muito além de pessoas e personalidades que se tornaram personagens principais do passado. Todas as pessoas são parte do processo histórico, uma vez que a história se faz presente, cotidianamente, nas ações de todos. A memória de um povo se faz fundamental para a construção de sua própria formação, sua identidade e à sua história.

A cultura de um povo é construída ao longo de sua história e suas experiências. Este processo, paulatinamente, envolve todos os habitantes desta sociedade, numa quantidade de eventos, fatos, habilidades desenvolvidas e evolução. A construção da identidade de um município, como no caso de Monte Belo, é um processo complexo e multifacetado, que se baseia num conjunto de expressões culturais que tem como base a nossa diversidade cultural, cuja formação dá-se pelas culturas dos povos indígenas, africanos, europeus e de diversos outros grupos étnicos. É essa pluralidade que nos torna singulares.

A preservação da história e da memória deve ser uma responsabilidade compartilhada entre as instâncias governamentais, instituições, comunidades e indivíduos. É imperativo investir em políticas públicas que fomentem a preservação do patrimônio histórico, garantindo recursos para à sua restauração e manutenção de prédios, monumentos, manifestações culturais e documentos de valor histórico. Além disso, é fundamental promover a educação para o patrimônio nas escolas, despertando o interesse das atuais e das novas gerações pela compreensão do passado, incentivando-as, assim, a serem guardiãs e propagadoras de novas memórias.

Há o ditado popular de “que não se vive de passado”, o que é errôneo, uma vez se que para se compreender as transformações

pelas quais a sociedade tem passado no decorrer dos tempos, faz-se necessário conhecer os fatos e contextos históricos de sua formação. Ao conhecermos e entendermos o passado, temos o poder de compreender melhor as origens dos problemas e desafios que enfrentamos no presente e, assim, planejarmos melhor o nosso futuro.

Supõe-se que, para conhecer e assimilar a história da construção da cultura de outros povos, deve-se primeiro conhecer a história da própria cultura, saber como se deu essa construção e como foi o processo de evolução e desenvolvimento dela. Essa é a premissa dessa obra, isto é, a de conhecer mais um pouco a cultura de Monte Belo, seja do ponto de vista das manifestações culturais, de sua produção econômica, de suas sociabilidades, de sua gastronomia e de seus bens tombados e registrados. Só quando conhecemos, pode-se entender e respeitar outras culturas e sociabilidades. Ao conhecer a nossa própria cultura e história, o indivíduo compreenderá a importância de mantê-la viva na memória, protegê-la e valorizar suas raízes, como forma de preservar o que somos, nossas características e nossa identidade de ser monte-belense.

Referências

ADECOAGRO. **Site da Usina Monte Alegre**. Disponível em: <https://www.adecoagro.com/pt/nossos-neg%C3%B3cios/a%C3%A7%C3%BAcar-etanol-energia>. Acesso em: 15 de maio 2024.

ANDRÉ & ANDRADE. **Canção “Folia do Divino”**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HCenS-_nzdc Acesso em: 25 abr. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **As denominações Urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo topônimoico e da categoria administrativa**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Instituto de Geociências Aplicadas, 1997.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Decreto-Lei 148, de 17 de dezembro de 1938**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 26 de maio 2024.

ASSIS, Olavo Amadeu de. **O Ferroviário nos trilhos, na saudade**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário da terra e da gente de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1971.

BBC Brasil News. **Festa Junina: a origem da celebração pagã que virou religiosa e 'caipira' no Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/>. Acesso em: 28 de jun. 2024.

BRASIL CARD. **Site da empresa Brasil Card**. Disponível em: <https://www.brasilcard.net/> Acesso em: 25 de maio 2024.

BRASIL. **Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Ministério da Inspetoria Federal de Estradas, 1930.

BUTTROS, Savilly Aimee. Os coretos contam histórias sobre Belo Horizonte. Belo Horizonte: **Temporalidades**, v. 13, n. 2, p. 790-815, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/34382>. Acesso em: 27 de maio 2024.

CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os caminhos de ferro no sul de Minas** (1875 – 1902). 149f. Dissertação de Mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARRARA, Angelo Alves; BENITES, Flávio Rodrigo Gandolfi. Pecuária leiteira e comércio de queijos em Minas Gerais, séculos XVIII-XX. **História agrária: Revista de agricultura e história rural**, n. 89, p. 95-126, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.gov.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1151293/pecuaria-leiteira-e-comercio-de-queijos-em-minas-gerais-seculos-xviii-xx>. Acesso em: 9 de maio 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Prelúdio da Cachaça**. São Paulo: Global, 2006.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, **Atlas Lingüístico do Brasil-Questionários**. Londrina: Ed.UEL, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **A cultura do arroz** / organizador Aroldo Antonio de Oliveira Neto. Brasília: Conab, 2015.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho (1.887 -1.910) no Contexto do Desenvolvimento Ferroviário do Sul de Minas (1870 - 1910)**. Monografia apresentada para obtenção do

título de Bacharel em História junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1985.

EPTV-SUL DE MINAS. **Matéria sobre o mercado de Lingerie em Monte Belo**. <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2019/08/30/confecoos-de-lingerie-invadem-a-zona-rural-e-geram-empregos-em-monte-belo-mg.ghtml>. Acesso em: 25 de abr. 2024.

FAMILY SEARCH. **Biografia de Armando Teixeira dos Anjos**. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/GC6C-2DW/armando-teixeira-dos-anjos-1918-1980>. Acesso em: 18 de maio 2024.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. 466 p. v. 26: Minas Gerais: M-Q.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do mercado interno: a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 38, n. 4, p. 815–848, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35958>. Acesso em: 19 maio 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/monte-belo>. Acesso em: 19 de maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Anuário estatístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Departamento Estadual de Estatística, 1952. 276 p. v. 5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Anuário estatístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Departamento Estadual de Estatística, 1957. 396 p. ano 7.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo industrial de 1960**. São Paulo: Serviço Nacional de Recenseamento, 1960. (VII recenseamento Geral do Brasil, série Regional, v. 3, t. 6). 60 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estado de Minas Gerais: censos industrial, comercial e dos serviços**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1955. (Série Regional, v. 21, tomo 3). 258 p. **R-est/IBGEE/1955**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Município de Monte Belo/MG**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/monte-belo>. Acesso em: 19 de maio 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. **Lista dos Bens Culturais do Patrimônio Ferroviário**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_patrimonio_cultural_ferrov%C3%A1rio_dez_2015.pdf. Acesso em 28 de abril de 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. **Patrimônio ferroviário**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127#:~:text=A%20Lei%2011.483%2C%20de%2031,pela%20sua%20guarda%20e%20manuten%C3%A7%C3%A3o>. Disponível em: 28 de maio 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS-IEPHA/MG. **Cadastro das Folias de Minas Gerais**. Inventário das Folias de Minas. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 136p.

JORNAL “O PATRIOTA”. Ano XXVIII, Baependi/MG. Edição de 8 de janeiro de 1944, número 1202.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Rio de Janeiro: Edições Símbolo, 1979.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda**. 2015. 414 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625865>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARTINS, Antônio de Assis. **Almanaque administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais para servir do ano de 1869 a 1870**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.] Ouro Preto: Almanaque administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais, 1870.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**. São Paulo: Pontes, 1990.

MELCHIOR, Myriam (Org). **Gastronomia, Cultura e Memória: por uma cultura brasileira do milho**. Rio de Janeiro: Fólio Digital/ Letra e Imagem, 2018. Disponível em: <http://gcm.gastronomia.ufrj.br/publicacoes/livros>. Acesso em: 13 de maio. 2024.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense, 1889/1920. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás. (orgs.) **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no período 1930-1955. In: **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

MINAS GERAES; FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO. Projeto: Album Chorographico do Estado de Minas Geraes (1927): Estudos Críticos.

Disponível em: www.albumchorographico1927.com.br. Acesso em: 7 mai. 2018.

MONTE BELO. **Agenda Del Monte Belo. 2023 a 2034.** Disponível em <https://www.montebelo.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/75/875a3e318c866b22770cf532eeebb4b7.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2024.

MONTE BELO. **Decreto n.º 3.113, de 4 de abril de 2005. Dispõe sobre o tombamento do Coreto.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Decreto n.º 3.114, de 4 de abril de 2005. Dispõe sobre o tombamento Do Obelisco em homenagem à FEB e ao Sargento Armando Teixeira dos Anjos.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Decreto n.º 3.115, de 4 de abril de 2005. Dispõe sobre o tombamento da Igreja Nossa Senhora da Conceição.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Decreto n.º 5.508, de 16 de novembro de 2021. Dispõe sobre o registro da Fanfarra Armando Teixeira dos Anjos.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Decreto n.º 5.680, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre o registro da Praça João Pedro Bonelli.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Site da Câmara Municipal de Monte Belo.** Disponível em: <https://www.camaramontebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MONTE BELO. **Site da Prefeitura Municipal de Monte Belo.** Disponível em: <https://www.montebelo.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio 2024.

MORAIS, José Roberto. **Entrevista sobre a colheita de arroz**. Entrevista concedida a Ricardo Luiz de Souza, em Monte Belo. Janeiro de 2024.

OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, Lázaro Arlindo de. **Entrevista sobre a Usina Monte Alegre, Jureia e a Mogiana**. Entrevista concedida a Ricardo Luiz de Souza, em Areado/MG. Outubro de 2021.

PERGO, Vera Lucia. **Os rituais na folia de reis**: uma das festas populares brasileiras. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007.

PHOT. Emilio. **Álbum de Construção de Muzambinho a Monte Bello - E. de Ferro Mogiana**. Campinas: Imprensa da Mogiana. 1912. Disponível em: <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/da-00091-jpg>. Acesso em: 18 de maio 2024.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

PORTAL DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEBRAE-MG. **Identidade Empresarial dos Municípios Mineiros – Monte Belo/MG**. Belo Horizonte: Unidade de inteligência Empresarial, 2020.

SENNA, Nelson de. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907.

SENNA, Nelson de. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

SENNA, Nelson de. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

SENNA, Nelson de. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Rodrigo P.S. **As faces do agronegócio e a financeirização do alimento pela Usina Monte Alegre-Adecoagro**. TCC (Graduação) – Curso de Geografia Licenciatura, Instituto de Ciências da Natureza. Alfenas (MG): Universidade Federal de Alfenas, 2021.

SOARES, Moacyr Bretas. **Muzambinho: sua História e seus Homens**. São Paulo: Gráfica Cruzeiro do Sul, 1940.

SOU MAIS MONTE BELO. Página no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/soumaismontebelo>. Acesso em: 19 de maio 2024.

SOUZA, André Luis Santos de; ARAÚJO, André Luiz Ribeiro de. “Folia de Reis” em Minas Gerais como Ritual Religioso, Festa Popular e Patrimônio Imaterial. **Reves-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, p. 0212-0223, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10375>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SOUZA, Ricardo Luiz de; SOUZA, Glauco José Costa. O que é (e para que serve) uma História Regional? In: Nathany A. W. Belmaia; Cassio H. dos S. Amador; Matheus K. Frizzo; Guilherme N. Miranda; Heitor E. Henrique; Renan B. Archer; Otávio L. V. Pinto. (Org.). **Diálogos sobre Historiografia, Teoria, Metodologia e Ensino**. 1ªed, V 3. Curitiba: UFPR, 2021.

SOUZA. Antônio dos Reis de. **Entrevista sobre Folias de Reis**. Entrevista concedida a Ricardo Luiz de Souza, em Monte Belo. Dezembro de 2023.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. Nas Fronteiras Do Capitalismo: A Mogiana e os (des)caminhos da expansão

ferroviária”. **Locus: Revista De História**, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20519>.

Acesso em 27 de jul. 2023.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VITIELLO, Márcio. Abundanza.; FERREIRA, Maria Helena Lopes.; VIEIRA, Gabriel Flora. (Orgs.). **Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural de Areado**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022.

WIRTH, John D. Minas e a nação: um estudo de Poder e Dependência regional – 1889 – 1937. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t.3, v.1. São Paulo: Difel, 1989.

Sobre o autor



Ricardo Luiz de Souza

Ricardo é mineiro de Monte Belo, e é filho de agricultores familiares do Bairro Feital. Possui Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ (2015) e Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del Rei-UFSJ (2019). Também é Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas-Unifal. Atualmente, cursa Doutorado em História na linha "Memória, Cultura e Visualidades" pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Atuou como tutor presencial do IF Sul de Minas entre 2015 e 2017, e como docente de História da Rede Pública Estadual de Minas Gerais nos municípios de Cabo Verde, Muzambinho e Monte Belo. É Historiador efetivo da Prefeitura Municipal de Andradas. Atualmente é Editor da Revista de Estudos Filosóficos e Antigos da Antiguidade-CPA, da Unicamp. Tem experiência e interesse pelo campo da História Econômica, História Regional e Patrimônio Cultural, além de se interessar por pesquisas e historiografia acerca da História Militar e História sociocultural e socioeconômica da Península Ibérica na Antiguidade e na Modernidade. Organizou e escreveu capítulos da obra "Encantos de Baco: vinho e cultura no Sul de Minas Gerais", lançado pela Pedro & João Editores, em 2021. Ambas as obras foram lançadas em Alfenas/MG. Também escreveu e organizou o livro "História Ibérica: Ensino, Pesquisa e Potencialidades", em 2022, uma parceria entre a Unifal e a Unicamp, também da Editora Pedro & João. É historiador e roteirista

do coletivo “Caves da Mantiqueira” e da empresa Squatt Cultural, e em 2023 lançaram o documentário “Vinhos, saberes e cultura: o alvorecer de uma nova vitivinicultura” por meio do Fundo Estadual de Cultura-FEC, do Estado de Minas Gerais. Atuou como oficinairo na 6ª e 7ª Edições da Feira Literária de Alfenas-FliAlfenas. Em 2024, foi contemplado pela Lei Paulo Gustavo, Edital LPG 7/2023 “Residência Artística em Artes e Técnicas”, em seleção coordenada pela Secretaria de Turismo e Cultura do Estado de Minas Gerais-Secult. E-mail: ricardoluisouza@gmail.com.

ANEXOS

JOGOS EDUCATIVOS

P	Y	Q	B	W	V	E	R	U	T	Y	U	U	I	W	O	P	C	T	A	C	R	S
G	H	J	K	L	Ç	Z	X	C	V	B	N	M	Q	A	Z	X	C	G	F	J	T	R
A	S	F	O	L	I	A	S	D	E	R	E	I	S	F	O	B	E	B	B	A	B	C
I	E	S	S	H	I	S	U	E	T	C	R	P	O	M	P	A	C	N	P	A	M	C
O	Ã	B	A	Q	U	E	M	O	G	I	A	N	A	F	Y	O	O	M	R	Q	T	M
S	O	L	S	E	R	C	A	F	É	C	A	Y	A	R	O	P	A	P	U	E	A	V
I	S	T	U	R	I	A	E	V	I	I	N	O	B	R	O	V	Ó	Õ	O	O	Q	L
K	O	I	D	E	T	U	F	E	V	P	U	E	C	C	B	O	A	I	T	E	T	N
N	R	C	H	Y	R	N	U	I	I	K	U	I	T	R	W	X	A	B	U	L	A	U
Ã	O	B	E	I	D	Y	V	L	R	R	T	R	B	A	I	W	P	M	I	Ç	R	Ó
Ô	N	U	I	T	N	O	R	U	A	D	R	A	D	I	H	U	N	A	U	H	H	N
Ó	R	F	R	R	M	V	B	I	D	U	H	T	B	D	L	F	I	O	T	R	E	N
S	T	A	I	Q	H	O	S	O	T	E	T	I	U	O	A	V	O	T	I	Ô	Y	I
S	U	T	R	H	P	L	M	P	Y	U	A	S	T	C	E	B	R	L	N	U	H	L
T	V	I	N	M	U	T	E	U	P	A	C	M	P	O	V	N	I	M	C	C	U	L
U	T	Ã	I	J	T	C	P	A	F	M	U	Z	A	M	B	O	R	A	C	H	I	H
R	Q	U	A	T	B	C	O	A	T	P	A	T	R	I	M	Ô	N	I	O	C	C	I
I	M	Ó	T	I	C	O	M	A	R	E	T	Q	O	C	B	O	T	X	N	V	U	S
S	A	T	M	E	M	Ó	R	I	A	M	A	T	M	Ó	R	P	Ã	I	O	V	L	T
M	O	M	V	C	X	A	E	U	H	I	K	N	F	Y	J	R	D	J	T	V	T	Ó
O	E	T	I	N	L	O	V	A	D	U	E	S	J	S	S	E	U	M	Ó	R	U	R
S	Ã	O	S	E	B	A	S	T	I	Ã	O	F	P	O	L	S	A	D	E	R	R	I
O	T	U	R	E	B	M	U	L	C	U	L	T	U	R	A	C	V	I	M	O	A	A

Encontre as palavras abaixo no caça-palavras anterior.

Cultura; Memória; Muzambo; História; Folias de Reis; São Sebastião; Café; Mogiana; Tuiuti.

A **CULTURA** é a expressão de um povo, de uma comunidade, de um país.

O **CAFÉ** é um dos principais produtos econômicos de Monte Belo.

A **MEMÓRIA** é um direito de todo cidadão.

O rio **MUZAMBO** é o principal curso d'água do município.

A **HISTÓRIA** é a ciência que estuda a humanidade em determinado tempo e espaço.

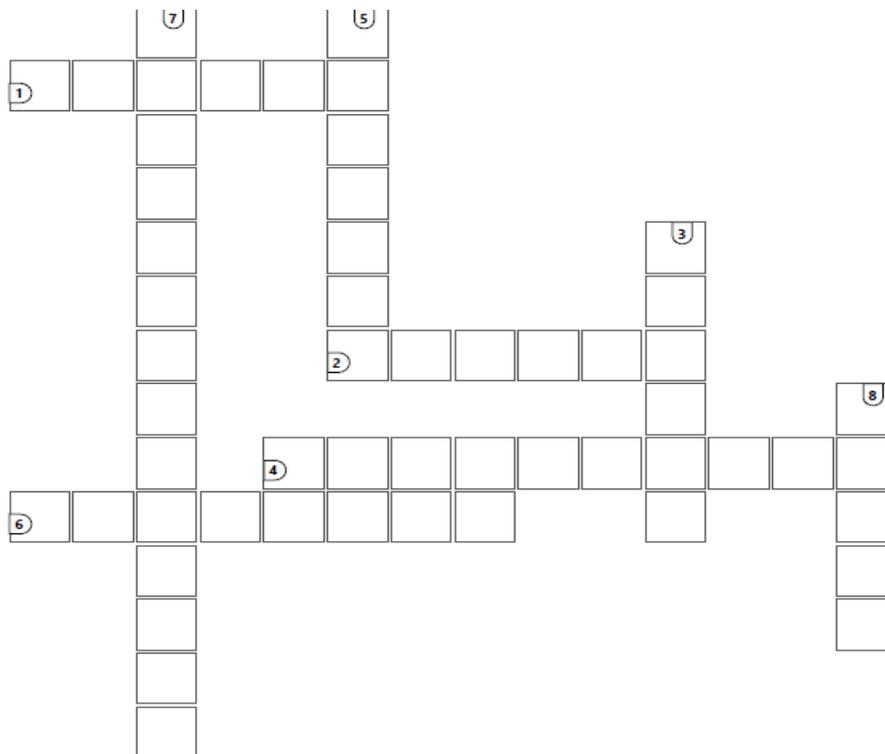
As **FOLIAS DE REIS** são um patrimônio de toda Minas Gerais.

SÃO SEBASTIÃO é bem cultural do município.

A **MOGIANA** foi uma importante ferrovia para a História de Monte Belo.

O antigo nome do Distrito da Jureia era **TUIUTI**.

Cruzadinha sobre as histórias e memórias de Monte Belo



Faça a cruzadinha usando estas dicas:

1. Feito a partir do leite de bovinos.
2. Produto feito pela Usina Monte Alegre.
3. Distrito de Monte Belo.
4. Município no qual Monte Belo se desmembrou, em 1938.
5. Manifestação cultural de origem africana.
6. Monte Belo possui muitas confecções de?
7. Festas populares que ocorrem no mês de junho.
8. Nome da Capela que deu origem ao município, no século XIX.

Use lápis de cor, giz de cera ou outro material para colorir estes desenhos.

Congada



Ilustração: Brunno Veloso.

Carro de boi



Ilustração: Brunno Veloso.

Folia de Reis



Ilustração: Brunno Veloso.

Posfácio

Cidade de Monte Belo

Genivaldo de Oliveira

Vou falar de um lugar, que está mesmo tope
Mas teve seu primeiro nome
Como capela dos Lopes.

Um lugar alto, em sua volta rios e vala
Seu segundo nome foi arraial das Manguara.

Em mil e novecentos e trinta e oito teve sua emancipação, foi
mesmo uma festa para aquela população
Foi então a grande vitória, deixou de pertencer a Muzambinho,
pra escrever sua própria história.

Vou contar um pouco deste lugar, que vocês gostem eu espero
Foi quando ganhou o nome cidade de Monte Belo.

Na área do transporte era mesmo uma alegria
Pois em seu município o entroncamento da ferrovia.
Isto era um orgulho pra nós que somos mineiros, pois
transportava de tudo pra são Paulo e Rio de Janeiro.

Então me contaram tudo bem direitinho, que na área do comércio
a famosa loja deu seu Chiquinho.

Já na educação, foi mesmo uma grande conquista, uma escola
famosa, coronel João Evangelista.

Na área da saúde, andaram me contando,
De um famoso médico, conhecido doutor Armando.

Filho de nossa terra, foi pra representar, nossa cidade na guerra.
Quando ele voltou todos receberam com alegria, para seguir o eu
legado, ficou o doutor Zacarias.

Na área do entretenimento dava gosto aquela vida,
Os moços e as moças passeando na avenida.

Era esta a diversão que tinha no momento,
Mais daquela avenida sai muitos casamentos.

Tudo então parecia ser perfeito, quanto surgiu,
um clube de dança, cuja o nome era estreito.

Já nos anos oitenta ficou ainda mais legal,
Com uma famosa discoteca, o saudoso pedregal.

Onde os jovens se divertiam todos com muito carinho,
Com as músicas dançante, e os famosos passinhos.

Na área da cultura mantém por sua vez, os desfiles de carro de
bois, e a companhia de reis.

Não vou parar por aqui, não é minha decisão é que a cidade de
Monte Belo ainda em evolução.

Cidade de Monte Belo um lugar hospitaleiro, uma cidade
aconchegante orgulho de nós mineiro.



Esta obra visa apresentar a cultura, as memórias e a História de Monte Belo como um organismo vivo, que permeia a vida de todos. Ao conhecermos nossa história, podemos melhor nos conectar, aprender e nos desenvolver juntos, pois também aprendemos a promover a diversidade, a tolerância e o nosso lugar no mundo que nos rodeia.

A LIBERDADE
MORA EM
Minas
#VEMPRAMINAS

CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

